

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (T) VERONICA SOUZA DE ALMEIDA / C-Sup 2024

PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE:
uma valiosa ferramenta para a melhoria do engajamento da
sociedade brasileira para os temas de Defesa Nacional.

Rio de Janeiro

2024

**PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE:
uma valiosa ferramenta para a melhoria do engajamento da
sociedade brasileira para os temas de Defesa Nacional.**

Monografia apresentada à Escola de
Guerra Naval, como requisito parcial para
a conclusão do Curso Superior.

Orientador: CMG (RM1) Emílio Reis
Coelho.

DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me concedido saúde, disciplina e perseverança para superar as dificuldades e elaborar este trabalho.

Ao meu amor, meu querido filho Isaac por todo amor, por estar ao meu lado sempre, por ser esse filho maravilhoso, preocupado e muito carinhoso. Obrigada por toda compreensão neste ano de muito estudo.

Ao meu saudoso pai Orlando, por todo apoio e por todo exemplo que sempre me serviram de incentivo para buscar e atingir os meus objetivos.

À minha mãe Jandira, meu irmão Natan, meu irmão Sebastião e sua família por todo apoio e compreensão neste período, e em diversos outros, da minha vida.

À minha querida amiga Nininha, fiel escudeira, por todo suporte e apoio, sem os quais seria muito difícil finalizar essa monografia. Obrigada por cuidar tão bem do meu filho e do meu lar para que eu consiga partir tranquila para superar os desafios de todos os dias.

Ao meu amor, Fábio, pelo amor, carinho e suporte em todos os momentos, sobretudo neste ano em que fiquei muito ausente. Obrigada pelo incentivo, pela preocupação e compreensão, mas também pelas risadas e momentos de alegria e descontração que proporcionaram mais leveza e me ajudaram a reenergizar e prosseguir em cada etapa.

Ao meu orientador, Capitão de Mar e Guerra (RM1) Emilio, por todas as orientações e contribuições, que foram fundamentais para a realização da presente pesquisa.

À Capitão de Mar e Guerra (RM1-T) Chiara, instrutora da disciplina “Metodologia Científica”, por toda dedicação e disponibilidade para auxiliar em todas as dúvidas e dificuldades surgidas na elaboração deste trabalho.

Por fim, aos meus queridos colegas do Curso Superior 2024, por toda amizade e companheirismo compartilhados na realização das atividades acadêmicas, o que foi primordial para a superação dos desafios.

RESUMO

A pesquisa visa verificar a contribuição do Programa Forças no Esporte para o alcance do Objetivo Nacional de Defesa VI: ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional, de forma a fortalecer esse programa e outros similares que auxiliem no desenvolvimento do interesse e engajamento da população para os temas da Defesa. Para tanto, estuda-se o contexto das políticas públicas no Brasil e seu enfoque nos direitos sociais, para o direcionamento da investigação para a área da Política Pública de Defesa, em particular, a Política Nacional de Defesa. Expandindo o trabalho, verifica-se que a Política Nacional de Defesa, por ser uma política pública ampla, encontra dificuldades para sua consolidação, pois, apesar da alta confiança da população nas Forças Armadas, as carências sociais, a falta de conhecimento e interesse nas suas atribuições ocasionam uma baixa priorização dos conteúdos da Defesa. Isso impacta na alocação de recursos financeiros e, por conseguinte, na manutenção da capacidade operacional para o pronto emprego das Forças. Para melhorar essa realidade, é fundamental conquistar o apoio da população. Nesse sentido, os estudos conduzidos demonstram que o Programa Forças no Esporte contribui de forma significativa, uma vez que atua tanto para a melhoria da conjuntura de desigualdade social brasileira quanto para promover a percepção da sociedade para os assuntos da Defesa. Além disso, as ações do Programa abarcam significativo número de brasileiros e são promovidas para diferentes grupos que compõem a sociedade em todo o território nacional.

Palavras-chave: Direitos Sociais. Política Pública de Defesa. Política Nacional de Defesa. Sociedade. Recursos Financeiros. Forças Armadas. Programa Forças no Esporte. Objetivo Nacional de Defesa.

ABSTRACT

Forces in Sport Program: a valuable tool for improving the engagement of brazilian society in National Defense issues.

The research aims to verify the contribution of the Forces in Sports Program to achieving National Defense Objective VI: expanding the involvement of Brazilian society in National Defense matters, in order to strengthen this program and other similar ones that help in the development of interest and engagement of the population for Defense issues. To this end, the context of public policies in Brazil and its focus on social rights are studied, to direct the investigation towards the area of Public Defense Policy, in particular, the National Defense Policy. Expanding the work, it appears that the National Defense Policy, as a broad public policy, finds it difficult to consolidate, as, despite the population's high confidence in the Armed Forces, social needs, lack of knowledge and interest in Their duties result in a low prioritization of Defense content. This impacts the allocation of financial resources and, therefore, the maintenance of operational capacity for the ready use of the Forces. To improve this reality, it is essential to win the support of the population. In this sense, the studies conducted demonstrate that the Forces in Sports Program contributes significantly, as it works both to improve the situation of Brazilian social inequality and to promote society's perception of Defense issues. Furthermore, the Program's actions reach a significant number of Brazilians and are promoted to different groups that make up society throughout the national territory.

Keywords: Social Rights. Public Defense Policy. National Defense Policy. Society. Financial Resources. Armed Forces. Forces in Sports Program. National Defense Objective.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Aumento dos gastos com defesa no mundo.....	50
FIGURA 2 - Projeto de Lei Orçamentária Anual 2024.....	50
FIGURA 3 - Orçamento da Defesa de 2014 a 2023.....	51
FIGURA 4 - Orçamento da Defesa em 2023.....	51
FIGURA 5 - Comparativo entre o orçamento da Defesa e o PIB nacional.....	52
FIGURA 6 - Classificação mundial pelo IDH.....	52
FIGURA 7 - Comparação IDH – Brasil X mundo.....	53
FIGURA 8 - Índice de Gini Brasil.....	53
FIGURA 9 - Taxa de rendimento dos 40% mais pobres.....	54
FIGURA 10 - Variação na distribuição de renda.....	54
FIGURA 11 - Variação do desemprego por trimestre.....	54
FIGURA 12 - Taxa de desocupação Brasil – Nordeste.....	55
FIGURA 13 - População abaixo da linha da pobreza internacional.....	55
FIGURA 14 - Pirâmide de Maslow.....	55
FIGURA 15 - Diferença de desempenho no ENEM: rede pública e privada.....	56
FIGURA 16 - Diferenças regionais de alfabetização.....	56
FIGURA 17 - Escolarização no Brasil.....	57
FIGURA 18 - Educação Brasil X mundo 2022.....	57

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	O CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	10
2.1	O ENFOQUE NOS DIREITOS SOCIAIS.....	10
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS: DEFINIÇÕES.....	11
2.3	A POLÍTICA PÚBLICA DE DEFESA.....	14
3	A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA E A SOCIEDADE.....	16
3.1	A PND, A CONSCIÊNCIA DE DEFESA E O OND VI.....	16
3.2	A INFLUÊNCIA DA PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE NO ORÇAMENTO.....	20
4	O PROFESP E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ALCANCE DO OND VI.....	23
4.1	O ARCABOUÇO DO PROFESP.....	23
4.2	A ATUAÇÃO DO PROFESP NA CONJUNTURA SOCIAL BRASILEIRA.....	25
4.3	A CONTRIBUIÇÃO DO PROFESP PARA A CONSCIÊNCIA DE DEFESA.....	29
4.4	A ABRANGÊNCIA NACIONAL DO PROFESP.....	32
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
	REFERÊNCIAS.....	38
	APÊNDICE A – Tabela comparativa dos navios da Esquadra em 1997 e 2024.....	46
	ANEXOS.....	48

1 INTRODUÇÃO

O campo das Políticas Públicas se dedica a resolver demandas importantes para a sociedade, estabelecendo diretrizes para ações e decisões dos governos para melhorar as condições de vida dos cidadãos. Na elaboração das principais políticas públicas do País, os direitos sociais assumem destaque devido ao contexto de desigualdades sociais que influenciam as pautas governamentais e partidárias. Entretanto, existem outros aspectos que ultrapassam a questão social, sendo de enorme importância para o País, mas que em virtude das carências nacionais, são preteridos ou vistos com baixa prioridade, como ocorre com os assuntos da Defesa.

Isso advém de uma percepção apática da população sobre os conteúdos dispostos na Política Nacional de Defesa (PND). Ao mesmo tempo, pelas pesquisas realizadas por órgãos nacionais, as Forças Armadas possuem um alto índice de confiança da população. Por essa dissonância, entende-se que essa percepção está relacionada à falta de conhecimento ou interesse sobre os temas da Defesa.

Essa conjuntura e as restrições orçamentárias impostas se inter-relacionam, pois a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que orienta os gastos públicos, tem como preceito os critérios da sociedade. Tal situação ocasiona dificuldades à consolidação da PND, pois evidencia um processo entrelaçado que produz efeito negativo na manutenção do pronto emprego das Forças, já que a população, não estando consciente e engajada, não atribui prioridade, reduzindo o orçamento, o que impacta a capacidade operacional da Defesa e aumenta a vulnerabilidade do País.

Para atenuar esse problema, é preciso agir no cerne da questão, qual seja, o desenvolvimento de uma consciência de Defesa. Por isso, é fundamental criar e fortalecer ferramentas que atuem nesse sentido, intervindo no desafio, se não o maior, talvez o mais urgente da PND: o Objetivo Nacional de Defesa (OND) VI: “Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional” (Brasil, 2020a, p.25), para a melhoria de toda essa conjuntura e suas inter-relações.

Por essa razão, considera-se relevante a realização deste trabalho pois compreende o estudo da contribuição do Programa Forças no Esporte (PROFESP) para o OND VI, para o fortalecimento dessa iniciativa em benefício das Forças, com a finalidade de modificar o quadro atual de baixa prioridade, elevando os

investimentos na modernização e reaparelhamento das Forças Armadas. O PROFESP é um programa conduzido pelas Forças, que visa à inclusão social, mas também atua no reforço da soberania nacional, promovendo desenvolvimento moral e cidadão, além de patriotismo e sentimento de identidade nacional (Freitas, 2021).

Nesse contexto, o objetivo dessa monografia é realizar uma análise do arcabouço do PROFESP e sua contribuição para o alcance do OND VI, tendo como parâmetro a sua atuação nos últimos cinco anos, de forma a responder à seguinte questão: de que maneira o PROFESP contribui para o alcance do OND VI? Assim, foram delineados os seguintes objetivos específicos: analisar os principais conteúdos da PND e sua baixa percepção pela sociedade; relacionar os efeitos dessa baixa percepção com as restrições orçamentárias; analisar o impacto das restrições no Poder Naval; e analisar o arcabouço do PROFESP para verificar como ele contribui para o OND VI.

No desenvolvimento da pesquisa, outras perguntas secundárias foram necessárias: a PND é uma política pública ampla? Qual o nível de confiança da população em relação às Forças Armadas? Que fatores influenciam a percepção apática da sociedade para os assuntos da Defesa? Por que essa baixa percepção influencia o fator orçamentário? Quais os impactos do fator orçamentário na Defesa? O PROFESP pode auxiliar nesse processo? Como? Como o PROFESP atua para o desenvolvimento de uma consciência de Defesa e, por conseguinte, para o alcance do OND VI? Para responder esses questionamentos, o estudo foi elaborado a partir de uma pesquisa qualitativa, mediante pesquisas bibliográfica e documental, complementadas por artigos e periódicos disponibilizados em fontes eletrônicas, além de consultas a páginas especializadas na internet.

No segundo capítulo, realiza-se uma contextualização sobre o âmbito das políticas públicas no Brasil. Iniciando pelo enfoque dado aos direitos sociais, algumas definições sobre as referidas políticas e, por fim, uma explicação sucinta sobre Política Pública de Defesa, com destaque para a PND e o OND VI.

No terceiro capítulo, são apresentados os principais conteúdos da PND, relacionados ao objeto da pesquisa, e a baixa percepção da sociedade, dificultando o alcance do OND VI. Em seguida, é realizada uma análise dos efeitos dessa baixa percepção para o fator orçamentário e como isso impacta o Poder Naval. Por fim,

faz-se uma inter-relação desses fatores.

O quarto capítulo traz a contribuição do PROFESP para o alcance do OND VI. Primeiramente, apresenta-se o arcabouço do PROFESP, depois uma análise sobre a atuação do Programa nos seguintes aspectos: na conjuntura social brasileira e no desenvolvimento da consciência de Defesa. Ao final, verifica-se a abrangência do PROFESP por meio da quantidade de beneficiados, contemplando famílias em todo o território nacional.

Por fim, o quinto capítulo traz as considerações finais deste trabalho.

2 O CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para iniciar o trabalho do tema proposto, considera-se primordial o entendimento de alguns conceitos e sua inter-relação com o estudo. Sendo assim, neste capítulo, apresenta-se uma contextualização sobre os direitos sociais, as definições de autores sobre a Política Pública e a Política Pública de Defesa.

2.1 O ENFOQUE NOS DIREITOS SOCIAIS

Tendo em vista o contexto socioeconômico da nação brasileira, marcado por inúmeras desigualdades sociais, os direitos sociais alcançam destaque nas pautas governamentais e partidárias, resultando em diversas políticas públicas para propiciar melhorias nas condições de vida da população. Eles se encontram associados a preceitos constitucionais e princípios internacionais, além de constituírem uma área de grande concentração de políticas públicas no Brasil. Segundo Anastasia e Pires (*apud* Mendes; Paiva, 2017), no âmago da estruturação social é que estão localizadas as políticas públicas mais precípuas.

Dessa forma, destaca-se a base primária para as políticas públicas: a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB). Sendo a lei máxima que estabelece a orientação para todas as outras e os princípios fundamentais para a coexistência de toda a sociedade brasileira. A CRFB prescreve os direitos sociais como educação, alimentação, saúde, trabalho e outros, como atribuição do Estado (Brasil, 1988). Como aponta Cavalcante Filho (*apud* Mendes; Paiva, 2017), qualquer

que seja a política governamental que vislumbre a consecução de direitos sociais, deverá ser elaborada e apreendida conforme o que versa a Constituição.

Diante disso, observa-se a influência direta da conjuntura social e o enfoque nos direitos sociais na elaboração das principais políticas públicas do País, sendo atribuído ao Estado, o papel de provê-los. Contudo, existem aspectos que ultrapassam a questão social, sendo de enorme importância para o País, mas que em virtude das carências nacionais, não são listadas no rol de prioridades, como se observa no campo da Defesa. Por outro lado, cabe refletir que explicar a maior alocação de recursos para investimentos em Defesa, em detrimento de projetos sociais, não é tarefa fácil para um Estado de enormes disparidades, como o Brasil.

Por isso, entender o âmbito das políticas públicas é essencial, pois abarcam um complexo de diretivas que se entrelaçam, inter-relacionam-se e, frequentemente, operacionalizam-se, reunindo direitos, deveres e propósitos. Assim, apresentam-se alguns autores que versam sobre o tema para entender suas concepções, diferenças e aplicabilidade na resolução de problemáticas nacionais.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS: DEFINIÇÕES

Na literatura pesquisada, foram encontradas diferentes definições para políticas públicas, nas quais se identifica a inter-relação de diferentes fatores como atuação dos governos, as problemáticas públicas, os direitos sociais e a qualidade de vida dos indivíduos. Dessa forma, entende-se que se trata de uma ferramenta heterogênea que subsidia o Estado nas suas competências de criar leis e gerir todo aparato administrativo relacionado aos serviços públicos e privados.

Isso posto, Mead (1995, *apud* Souza, 2006) entende a política pública por um ramo que realiza a análise do desempenho governamental considerando as importantes demandas de interesse coletivo. Lynn (1980, *apud* Souza, 2006) explica como uma série de atribuições ou tarefas governamentais capazes de ocasionar resultados característicos. Peters (1986, *apud* Souza, 2006) versa que se trata do total de ações dos governos, de maneira direta ou delegada, influndo no cotidiano dos indivíduos. Castro e Oliveira (*apud* Madeira, 2014) destacam a política pública como um agrupamento de políticas, programas e ações estatais, que visam, de forma direta ou outorgada, o enfrentamento dos desafios e o aproveitamento de

situações favoráveis e de interesse comum.

Ao se estudar as definições mencionadas, verifica-se que, apesar de certas diferenças, elas convergem ao abordar os anseios da sociedade e as ações governamentais necessárias para o seu alcance. Nessas definições, é atribuído ao Estado o papel central de promover o necessário para a resolução de demandas públicas que influenciem no bem-estar e no cotidiano dos cidadãos.

Contudo, outros autores entendem as políticas públicas de forma mais abrangente e não restringem seu campo de atuação à função do Estado na garantia de demandas coletivas, ao contrário ampliam sua utilização para uma administração pública de melhor qualidade e para o desenvolvimento econômico e social. Assim, encontram-se abarcadas por essas concepções, as políticas públicas setoriais, como as orientadas para a ciência, a indústria, o transporte e a defesa.

Nesse sentido, Kilpatrick (2000) postula que seja qual for a sociedade, são elaboradas políticas e regras e empreendidos recursos financeiros para sua realização. Assim, refere a política pública como um agrupamento de leis e determinações que regulam a vida em sociedade, abarcando, ainda, as atividades desenvolvidas e o direcionamento, preferencial, de capital público sobre certa matéria de interesse, pelas instituições governamentais.

Souza (2006) aborda a política pública como uma ciência que pretende, de forma simultânea, incitar a ação dos governos e/ou analisá-la, propondo mudanças, se julgado pertinente, influenciando a economia e as sociedades e, dessa forma, deve esclarecer a interdependência entre esses últimos atores com a política e o Estado. Em complemento, a autora conclui que as políticas públicas, depois de estruturadas, resultam em projetos, sistemas de informação e pesquisas, entre outras ações.

Secchi (2019) define a política pública como uma concepção pouco tangível, teórica, que se concretiza por ferramentas palpáveis como leis, campanhas, impostos, programas, obras entre outros. Secchi, Coelho e Pires (2022) defendem a política pública como uma diretiva delineada com a finalidade de solucionar um problema de interesse público. Além disso, encontra-se relacionada ao nível estratégico, assim como ao intermediário e ao operacional e, ainda, pode ser mesclada e operacionalizada por outras políticas públicas.

Verifica-se, então, que esses pensadores compreendem o campo de conhecimento das políticas públicas de forma ampla, que abrange mas não se limita em assegurar os direitos sociais dos indivíduos, podendo se referir a toda e qualquer atividade governamental cujo objetivo seja mitigar, integral ou parcialmente, problemas considerados primordiais e de interesse coletivo. Essas teorias entendem, ainda, que se trata de uma ciência multidisciplinar que atua em diversas áreas. Dessa forma, Secchi (2019) refere que o estudo da política pública se encontra influenciado por várias matérias como a sociologia, direito, economia, psicologia social. Além disso, aponta que se trata de uma ciência que atua em diversas áreas como educação, gestão pública, saúde, defesa e outras.

Tendo em vista as definições mencionadas, observa-se que, no âmbito das políticas públicas, não existe uma definição única, reconhecida e adotada universalmente, compreendendo desde a elaboração de diretivas em prol de solucionar um problema público até questões relacionadas com a alocação de recursos e atividade governamental. Nesse ponto, ressalta-se o que aduz Souza (2006), que o fato das políticas públicas possuírem natureza holística não quer dizer que ela não possua lógica de teoria e metodologia, mas que admite distintas visões.

Assim, é fundamental que as políticas públicas sejam elaboradas de forma abrangente, considerando as influências das disparidades sociais e das pluralidades regionais, com o objetivo de propiciar melhorias para a vida de todos os cidadãos, por meio de diretrizes delineadas para os múltiplos setores do desenvolvimento nacional, dentre os quais se destaca o de interesse dessa pesquisa: a Defesa.

Desse modo, para o desenvolvimento deste estudo, interessa a concepção de políticas públicas em um contexto amplo, caracterizada por uma sistemática heterogênea, influenciada por diversas matérias e atuante em vários campos do conhecimento, inter-relacionando todos os seus componentes, com o intuito de minorar ou resolver problemas de interesse comum e cujas implicações podem incidir em diversas esferas da sociedade, de forma conjunta ou esporádica.

Nessa orientação, tendo em vista a diversidade de políticas públicas existentes, será realizado um direcionamento para a política pública na área de Defesa, em que se encontram os principais elementos de interesse da presente pesquisa.

2.3 A POLÍTICA PÚBLICA DE DEFESA

No que concerne às ações de governo para a implementação de políticas públicas, cabe destacar a questão da aplicação da autoridade coativa do Estado, ou seja, a utilização da força para que se faça cumprir leis e diretrizes, reprimir práticas que prejudiquem as metas nacionais, a garantia da paz e a defesa da soberania.

Sobre esse ponto, Dallari (2011) aduz o sentido do poder do Estado não como a subordinação de indivíduos a outros, mas às normas, sendo elas que preveem sanções em caso de insubmissão. Nessa ótica, percebe-se que o poder coativo não se refere à mera submissão de pessoas, mas que para um ambiente de paz, favorável ao bem comum, todos devem respeitar as normas e toda ameaça ao seu cumprimento deve ser reprimida pela prescrição das mesmas normas. Então, o poder coativo do Estado é legítimo quando exercido conforme as leis.

Contudo, ao se falar em Defesa, entende-se que se trata de um conceito maior, que abarca ações de natureza militar mas, para muito além disso, está relacionado a ações para a preservação dos direitos individuais e comuns e o desenvolvimento de um povo forte e soberano. Assim, conforme Brasil (2020a), a Defesa nacional é descrita como uma totalidade de condutas, políticas e atos do Estado, com destaque para a dimensão militar, para a salvaguarda da extensão territorial do País, a soberania e os anseios da sociedade, tendo em vista perigos majoritariamente externos, sejam eles evidentes ou possíveis.

Em complemento, ressaltam Vidigal *et al.* (2017) que a Defesa Nacional não se refere somente à questão militar, mas possui relação direta com o desenvolvimento, em todas as suas vertentes, quais sejam, a diplomática, a econômica, a política e a social. Como resultado, a política de defesa se encontra associada a outras políticas nacionais, não podendo ser elaborada de forma isolada.

Além disso, cabe destacar o art. 21, incisos II e III, do Capítulo II, do Título III da CRFB, no qual estabelece que anunciar a guerra e garantir a paz, assim como a Defesa do País são atribuições da União (Brasil, 1988), ou seja, reflete um dever de caráter civil, sendo as Forças Armadas e o aparato bélico disponível, parte do processo. Pois, para a garantia da soberania, nele estão inclusos outros aspectos, como o exercício da diplomacia, frente a interdependência dos Estados.

Ainda em Vidigal *et al.* (2017), as atividades das Forças Armadas estão sob autoridade civil, a qual caberá a responsabilidade de definir as metas por meio de uma política de defesa. Para Almeida (2010), os objetivos da política pública de defesa devem estar de acordo com os anseios primordiais da sociedade. Isso posto, depreende-se a importância da participação da população na elaboração de suas diretrizes, de maneira que elas não se constituam apenas em discurso unilateral, mas configure de forma concreta os propósitos do País a serem alcançados por todos: políticos, militares e a sociedade.

Assim, as concepções dos autores se encontram alinhadas com os objetivos desta pesquisa, uma vez que se apresentam de forma abrangente e realista, pois entende-se que em um país como o Brasil, declaradamente pacífico (Brasil, 1988), com poucas participações em conflitos nas últimas décadas e com importantes carências sociais, pensar a Defesa e todo seu planejamento precisa ser realizado de forma ampliada. Para tanto, deve-se considerar aspectos primordiais como pobreza, percepção social e orçamento público, visto que se relacionam e, por vezes, determinam a efetivação ou não de projetos voltados para a Defesa Nacional.

Por essa abordagem, depreende-se que a política pública de defesa precisa ser estruturada de maneira ampla, tendo em conta propósitos e medidas que realcem a importância do potencial militar para a soberania e salvaguarda do País, porém sem desprezar a interferência de aspectos sociais, políticos e econômicos que se encontram relacionados, influenciando a consecução de suas metas.

Tendo em vista essa orientação, destaca-se, no âmbito da Defesa, a Política Nacional de Defesa (PND), por traduzir todo esse entendimento em sua constituição e nos seus objetivos nacionais, ao apresentar uma visão integrada e não reducionista sobre o tema da Defesa, considerando as interferências e entrelaçamentos com outras políticas públicas nacionais.

Desse modo, cabe ressaltar que a PND constitui um documento, de grau superior, para o delineamento de ações com o foco na defesa do País, definindo metas para o aprestamento e aplicação das manifestações do Poder Nacional, quais sejam: a militar, a política, a psicossocial, a científico-tecnológica e a econômica. A PND estabelece orientações para toda a população visando obter as capacitações para assegurar a soberania e o alcance dos objetivos. Segundo seus fundamentos

dispostos nos incisos 2.1.1 e 2.1.2, ela está articulada a outras políticas existentes e dispõe sobre oito Objetivos Nacionais de Defesa (OND), que consistem em metas a serem atingidas e mantidas por toda sociedade (Brasil, 2020a).

Nesse ponto, destaca-se o Objetivo Nacional de Defesa (OND) VI: “Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional” (Brasil, 2020a, p. 25); pois, no cenário atual de contrastes sociais e restrições orçamentárias em todos os setores, alcançar o OND VI se não for o mais difícil, talvez seja o mais urgente desafio a ser suplantado. Isso se explica pelo fato de que as precedências estipuladas no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), documentos que orientam os gastos públicos, observam as carências e interesses da sociedade, que ainda percebe o orçamento da Defesa com baixa prioridade.

Por essas circunstâncias, acredita-se que a realização de atribuições subsidiárias¹ pode contribuir para a melhoria desse processo, tornando-se uma via para a conquista do OND VI. Dessa forma, nesse trabalho, pretende-se realizar uma análise da contribuição do Programa Forças no Esporte (PROFESP) para o alcance do OND VI. Porém, para o entendimento das inter-relações dessa contribuição, é importante, primeiramente, abordar a PND e a sua relação com a sociedade.

3 A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA E A SOCIEDADE

Neste capítulo, contextualizam-se os principais propósitos da PND, em relação ao objeto desse trabalho, e a sua percepção pela população, situando os efeitos dessa percepção no OND VI e nos investimentos em Defesa Nacional, que, por sua vez, impactam na manutenção da capacidade de pronto emprego das Forças. Assim, terá duas seções: a PND, a consciência de Defesa e o OND VI e a influência da percepção da sociedade no orçamento.

3.1 A PND, A CONSCIÊNCIA DE DEFESA E O OND VI

Inicialmente, faz-se relevante uma breve localização histórica da PND, que

¹ Referem-se a atribuições subsidiárias constantes na Lei Complementar nº 97/1999 que visam a cooperação com o desenvolvimento nacional. Abrangem ações diversificadas e complementares à missão constitucional das Forças (Brasil, 2023a).

foi aprovada e denominada Política de Defesa Nacional (PDN) no ano de 1996. Tendo ocorrido sua atualização no ano de 2005 e sua revisão no ano de 2012, em que começou a ser chamada Política Nacional de Defesa (PND), sendo sua última atualização em 2020, com aprovação neste ano de 2024² (Brasil, 2020a).

Ao se analisar a PND, depreende-se que consiste em uma política pública ampla, que não se restringe mas ultrapassa questões de natureza militar, pois determina diretivas para a defesa da soberania nacional. Dessa forma, contempla diversos aspectos estratégicos, operacionais e logísticos, como em Brasil (2020a), a garantia dos poderes constitucionais, o fomento e a integração com o desenvolvimento nacional, a redução das vulnerabilidades e dependências externas, a dissuasão de ameaças, a cooperação internacional e o estímulo à capacitação de profissionais e a produção de emprego e renda.

Desse modo, a PND incentiva a expansão de todos os setores que se relacionam à Defesa. No campo do desenvolvimento nacional, pelo contido em Brasil (2020a), nos fundamentos 2.2.5, 2.2.6, 2.2.7 e 2.2.8, observa-se que a defesa do País está integrada ao seu progresso socioeconômico, visando a proteção do patrimônio nacional. Assim, são ressaltadas a importância da indústria de defesa e da tecnologia inovadora para impulsionar o desenvolvimento por meio de investimentos nas áreas de ciência, educação e tecnologia, direcionados a projetos relacionados à Defesa, tanto para utilização militar quanto dual. O objetivo central é promover o avanço tecnológico, capacitar os recursos humanos e fortalecer a capacidade de defesa, ao mesmo tempo em que se estimula a economia.

Em relação aos recursos disponíveis, destaca-se os incisos 2.3.5, 2.3.6 e 2.3.17 de Brasil (2020a), sobre o aumento da demanda por riquezas naturais e a necessidade de promover ações para protegê-las. Isso decorre de fatores como o aumento populacional, a desigualdade social e disputas territoriais, que impactam a disponibilidade e o uso de fontes de energia, água, alimentos e o meio ambiente, intensificando a competição entre os países pela demanda de recursos naturais.

Dessa forma, o reforço do nível de segurança para proteção de estruturas essenciais como o volume de água doce e a biodiversidade da Floresta Amazônica,

² A PND se encontra em fase de atualização, sendo sua minuta submetida à apreciação da sociedade, no portal eletrônico do Ministério da Defesa, para possíveis contribuições, porém ainda não há previsão para a sua homologação, razão pela qual este trabalho irá se ater à PND em vigor.

por meio de ações como patrulha naval e operações de proteção ambiental, ilustra as preocupações e atividades constantes na PND que primam pela integridade do território, a defesa contra ameaças e a independência do País.

Outro fator primordial é a premência do Brasil em se manter preparado para desempenhar integralmente sua capacidade de dissuasão. Nesse sentido, pelo contido em Brasil (2020a), especialmente no pressuposto I sobre a Defesa Nacional, as Forças precisam estar devidamente treinadas e bem equipadas para possibilitar a execução de seus deveres constituídos e desencorajar agressões externas. Assim, um país como o Brasil, de extensa faixa marítima continental, rico em biodiversidade e nona economia mundial (Balhessa, 2024), requer Forças Armadas à altura de sua grandiosidade, dispondo de um potencial militar adequado e prontas a operar.

No âmbito internacional, a PND dispõe que o Brasil deve basear suas ações em desenvolvimento, diplomacia e defesa, intensificando-as conforme necessário. Além disso, pelos pressupostos X e XI, o País deve participar de organizações internacionais e de missões globais para aumentar sua visibilidade e contribuir para a estabilidade mundial (Brasil, 2020a). Para tanto, deve focar no avanço científico e tecnológico e em investimentos em Defesa, para, então, consolidar-se como um Estado forte e autônomo, garantindo a soberania, o reconhecimento global e a sua influência nas decisões internacionais.

Tendo em vista essas considerações, torna-se evidente que se tratam de aspectos essenciais para o desenvolvimento, a soberania do País e a melhoria da qualidade de vida da população. Nas diretrizes da PND, eles são abordados, como partes da conjuntura nacional que se relacionam, estando, na maioria das vezes, interligadas. Dessa forma, a PND se consolida como uma política pública ampla, que reflete o compromisso do Brasil por uma Defesa integrada e relacionada a diversos fatores que a influenciam e/ou estão a ela associados, não restrita ao campo militar, contribuindo para a segurança e o bem-estar da nação a longo prazo.

Entretanto, a PND ressalta, em seu inciso 2.2.3, a percepção apática da sociedade e dos governantes quanto aos conteúdos mencionados e perigos relacionados (Brasil, 2020a), o que dificulta o alcance do OND VI, pois a baixa percepção resulta na falta de interesse e engajamento social para os temas da Defesa, promovendo um distanciamento entre os propósitos das Forças e os

priorizados pela população. Rodrigues (2019) aponta para eventos históricos na influencição desse processo. O autor remete a acontecimentos desde a independência, dentre os quais se destacam o tenentismo³ (1920) em que se observou certo apoio da sociedade brasileira; a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), em que o povo exigiu uma resposta militar à agressão alemã; mas cita o regime militar (1964 a 1985) como o período em que ocorreu o afastamento da sociedade para os temas da Defesa, pelo enfoque dado a desenvolvimento nacional.

Para Oliveira (2013 *apud* Rodrigues, 2019), nos anos 2000, a população passou a perceber melhor a necessidade de uma Defesa Nacional adequada para sustentar o desenvolvimento econômico e decisões internacionais, bem como da implementação de mudanças institucionais, resultando na criação do Ministério da Defesa (1999), na sanção de uma nova Política de Defesa Nacional (2005) e outros.

Esse extrato histórico, associado às restrições no orçamento e ao que estabelece a PND sobre a necessidade do engajamento de todos os segmentos da sociedade, remetem à realidade de que há muito a evoluir no que diz respeito à consciência da importância da salvaguarda do País e que se trata de um dever de todos os brasileiros. Um paradoxo observado é que, apesar da baixa percepção para área da Defesa, as Forças Armadas figuram em primeiro lugar como as mais confiáveis entre dez instituições avaliadas, a pesquisa Datafolha, realizada em 2024, demonstra que o índice subiu 3% em relação a 2023 (Gielow, 2024).

Por essas dissonâncias, depreende-se que uma extensa parcela da população desconhece os assuntos relacionados à área da Defesa e o papel das Forças Armadas, estando total ou parcialmente desinformada sobre os conteúdos da PND. O desafio é transformar essa realidade, inculcando conhecimento para uma consciência madura sobre a Defesa, em toda sua abrangência, acessando os diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira nas diferentes regiões do território nacional, contribuindo assim para a conquista do OND VI.

Nessa perspectiva, acredita-se que as atribuições subsidiárias realizadas pelas Forças, como o PROFESP, podem contribuir para esse processo. O referido

3 Movimento de militares de baixa patente contrários às práticas políticas do período da Primeira República (Mourelle, 2022).

Programa se destaca por sua contribuição ao atuar para inclusão e desenvolvimento de crianças e adolescentes, cidadãos em formação, por meio de ações que, entre outros aspectos, promovem a criação e o fortalecimento da consciência de Defesa para uma sociedade mais conhecedora e engajada nos temas de Defesa Nacional.

Um aspecto relevante a pontuar é que, ainda que o PROFESP não seja uma atribuição precípua das Forças Armadas, realizá-lo constitui uma estratégia para o alcance dos propósitos. Isso se explica porque, ao atuar para mitigar problemas sociais, que dominam a atenção dos governos e da sociedade e, por conseguinte, produzem um distanciamento para os assuntos de Defesa, moldando as prioridades orçamentárias, as Forças colaboram para melhorar a própria realidade, pois com a melhoria da conjuntura social, os recursos podem ser mais bem distribuídos, possibilitando mais investimentos para a manutenção e aprimoramento da capacidade de pronto emprego.

Para o maior esclarecimento sobre como todos esses fatores estão inter-relacionados, apresenta-se um extrato do quadro de restrições financeiras que impactam negativamente os investimentos em Defesa, agravando as necessidades de modernização e reaparelhamento Forças, resultando na obsolescência de meios, limitando o potencial de apoio às ações de Estado, a promoção do desenvolvimento nacional e a prontidão para o bem-estar da sociedade e a Defesa do País.

3.2 A INFLUÊNCIA DA PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE NO ORÇAMENTO

Tendo em vista que a LDO, que orienta os gastos públicos, baseia-se nos critérios da população, a baixa percepção da sociedade para os temas de Defesa tem ocasionado restrições orçamentárias, comprometendo a capacidade operacional das Forças, em contraste com a tendência global de aumento dos gastos militares. Enquanto vários países elevam seus investimentos em Defesa, o Brasil aloca recursos de forma insuficiente, priorizando outras áreas de interesse nacional, conforme figuras um e dois, dispostas no anexo C.

Desse modo, a análise dos dados revela que as mudanças geopolíticas globais e as tensões associadas têm levado os países a investir mais no desenvolvimento de seu potencial bélico. Ao contrário, pela figura três, o Brasil não

acompanha essa tendência global mantendo, entre 2014 e 2023, um orçamento de Defesa deficiente em relação às necessidades, com poucas variações, limitando o aparelhamento e a modernização das Forças Armadas. Pela figura quatro, nota-se que, em 2023, o Brasil ocupava a 17ª posição mundial em gastos com a Defesa.

Em outro ponto, destaca-se o papel do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Sobre esse tema, a PND, em seu inciso 2.3.4, dispõe sobre a necessidade de ampliar os gastos com a Defesa, bem como a Estratégia Nacional de Defesa (END), sobretudo em sua Ação Estratégica de Defesa (AED) 14, alude sobre o objetivo da Defesa em alcançar um orçamento correspondente a 2% do PIB (Brasil, 2020a). Entretanto, a figura cinco apresenta o orçamento da Defesa em comparação ao PIB, no período de 2010 a 2023, em que se constata a dificuldade de se atingir esse patamar. O gráfico revela uma queda ao longo dos anos, com discreta melhora de 2016 a 2019, destacando um decréscimo financeiro face às necessidades de investimentos. Importa enfatizar que, em 2020, ocorreu uma contração econômica mundial devido à pandemia do covid-19, afetando o PIB global mas, em que pese os efeitos dessa conjuntura, observa-se uma redução contínua.

Para a melhor visualização dos efeitos dessa realidade, destaca-se a situação da Marinha do Brasil (MB) diante da redução dos recursos financeiros, com a diminuição dos meios. Nesse sentido, ressalta-se a declaração do Comandante da Marinha (CM), Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen, em apresentação realizada na Câmara dos Deputados: "o diagnóstico hoje da Força implica uma redução do seu número de meios [...] de combustível que permite o deslocamento e o atendimento dos níveis mínimos de adestramento" (Olsen, 2024). Em complemento, evoca-se uma parte da entrevista ao Jornal O Estadão, em que o CM afirma que a MB passa por desequilíbrio e necessita de investimentos e adverte que a previsão é a desativação de 43 embarcações até 2028, cerca de 40% dos meios operativos da Força, o que inclui seis navios da Esquadra, dois submarinos, um navio de desembarque de carros de combate e 29 navios distritais (Godoy, 2023).

Pelos dados divulgados pelo CM e a tabela do apêndice A, que foi baseada nos anexos A e B, verifica-se a significativa redução de cerca de 43% da Força Naval. Além disso, em torno de 53% dos meios operativos da Esquadra, atualmente

em atividade, são os mesmos do final da década de 1990⁴, que passaram por períodos de manutenção e modernização, permitindo suas operações atualmente.

É evidente, então, que se esse quadro de baixa percepção, ou consciência pouco madura, de raso envolvimento com as premências da Defesa, perdurar, o País entrará em séria posição de vulnerabilidade. Em que pese as carências e emergências sociais, a Defesa também requer atenção, devido a sua importância para o Estado brasileiro, a partir do reconhecimento de suas urgências e por meio de uma participação mais expressiva nas prioridades orçamentárias. Considerando que muitas são as demandas e dificuldades nacionais, o orçamento precisa ser planejado e melhor distribuído, contemplando a Defesa com maior notoriedade.

Por este capítulo, observa-se que as demandas da Defesa se relacionam com vários aspectos do desenvolvimento nacional e não podem ser resolvidas isoladamente, estando ligadas a fatores como a desigualdade social, a consciência da população e a vontade política. Nesse contexto, o debate sobre a alocação de recursos é frequente, pelos noticiários, verifica-se opiniões divididas entre os que defendem os investimentos na Defesa, os que priorizam os direitos sociais e os que desconhecem a situação.

Entretanto, o que não se pode ignorar é que um país, como o Brasil, com tantas dificuldades e carências e com o histórico de prolongados períodos sem participar de conflitos, direcionar mais recursos para área da defesa em detrimento de outras críticas para a sociedade, não parece razoável para uma grande parcela da população, como também não encontra acolhida entre seus representantes políticos. Por conseguinte, a Defesa enfrenta barreiras para postular sua relevância e figurar no rol de prioridades nacionais.

Diante desse dilema, considera-se que, embora o PROFESP não seja missão precípua das Forças, a sua realização é crucial e estratégica para sobrepor as barreiras sociais e possibilitar o alcance dos objetivos nacionais, uma vez que, ao mesmo tempo que o Programa coopera para mitigar os problemas sociais, ele permite a aproximação das Forças e da população para a transmissão de conhecimentos sobre assuntos relacionados ao papel das Forças Armadas e à

4 São eles: Navio de Transporte Almirante Gastão Motta, cinco Fragatas da Classe “Niterói”, Fragata Rademaker, Corveta Júlio de Noronha, Submarino Tupi, Navio Escola Brasil, Aviso de Apoio Costeiro Almirante Hess e Embarcações de Desembarque de Carga Geral da Classe “Guarapari”.

Defesa Nacional, o que contribui para o engajamento da sociedade para os temas da Defesa, ou seja, para o OND VI. Dessa forma, apresenta-se a seguir a contribuição do PROFESP para o alcance do OND VI.

4 O PROFESP E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ALCANCE DO OND VI

As análises do capítulo anterior revelam o entrelaçamento de um conjunto de fatores que impactam negativamente os objetivos e a manutenção da capacidade de prontidão operacional das Forças. Nesse universo, acredita-se que a compreensão pública sobre os temas da Defesa, dispostos na PND, desempenha papel fundamental na atenuação das adversidades, mitigando tensões e proporcionando a maior cooperação e engajamento por parte da sociedade.

Para tanto, as ações realizadas pelo PROFESP possuem relevante contribuição, pois atuam para amenizar as desigualdades, propiciando a construção da consciência de Defesa e, por conseguinte, a longo prazo, o apoio às políticas públicas de defesa, cooperando para o alcance do OND VI: “Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional” (Brasil, 2020a, p. 25).

Para atingir o objetivo, este capítulo está delineado de maneira a expor a estrutura do PROFESP, evidenciando os aspectos que contribuem para o alcance do OND VI. Primeiramente, apresenta-se a atuação do PROFESP para a conjuntura social do País. Em seguida, como o PROFESP contribui para o desenvolvimento e amadurecimento de uma consciência de Defesa. Por fim, aborda-se como a abrangência do PROFESP também coopera para o OND VI.

4.1 O ARCABOUÇO DO PROFESP

O Programa Forças no Esporte (PROFESP) é um programa social elaborado pelo Ministério da Defesa, tendo como amparo legal a Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, que estabelece as diretrizes para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, especialmente o art. 16, que alude sobre a tarefa subsidiária das Forças Armadas em contribuir para o desenvolvimento nacional, conforme a determinação do Presidente da República (Brasil, 1999; Freitas, 2021).

Foi implementado no ano de 2003, como uma ramificação do Programa Segundo Tempo do Ministério da Cidadania, com o objetivo de propiciar a inclusão social e o desenvolvimento de crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade social, com idades entre seis e dezoito anos e regularmente matriculadas no sistema de ensino público. Assim, possui como propósitos a valorização do indivíduo, minimizar riscos sociais, o fortalecimento da cidadania, do civismo, a inclusão e a integração social. É uma parceria entre o Ministério da Defesa e as Forças Armadas, com o apoio do Ministério da Educação e Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (Brasil, 2019; Freitas, 2021).

O Programa é realizado dentro das instalações das Organizações Militares (OM) das Forças, com a estruturação de Núcleos de Atividades Esportivas (NAE) que atendem de 50 a 100 beneficiários cada. Nessas unidades, são implementadas propostas pedagógicas com o intuito de oportunizar diversas vivências a partir de atividades esportivas, físicas e recreativas e que promovam a inclusão social, a cidadania, o civismo, praticadas fora do horário escolar (Freitas, 2021).

As atividades oferecidas incluem o mínimo três modalidades esportivas, além de desenvolver habilidades motoras e de promover a interação social. Para o reforço escolar, com o apoio do Ministério da Educação, são priorizados os conteúdos de Matemática e Português, porém outras matérias como Música, Idiomas, História e Geografia também podem ser ofertadas (Freitas, 2021).

Também são promovidas experiências sociais, culturais, cívicas, visitas a museus e teatro, visando a promoção da cidadania, do civismo, com ênfase na consolidação de valores, respeito aos símbolos nacionais, patriotismo e educação ambiental. Além de ações que visem promover a entrada de egressos no mercado de trabalho por meio de projetos de capacitação técnica ou profissional. Os encontros acontecem em um período mínimo de duas horas em três dias semanais ou com um mínimo de três horas em dois dias (Freitas, 2021).

Para alimentação são fornecidas duas refeições (almoço e colação). Além disso, são transmitidos conhecimentos sobre segurança alimentar, que vai além da educação alimentar, abarcando uma ideia ampliada, de alimento seguro, apropriado ao consumo para a promoção da saúde e a precaução contra doenças. O objetivo é que os alunos desenvolvam uma consciência crítica sobre escolhas alimentares

mais saudáveis que vá além do tempo em que permanecem no Programa, prolongando-se para toda a sua vida e para os seus familiares (Freitas, 2021).

No tocante aos recursos, são disponibilizados por meio dos Termos de Execução Descentralizada (TED)⁵, provenientes da colaboração entre os Ministérios, estando voltados para a manutenção da infraestrutura desportiva, segurança alimentar, aquisição de material, contratação de professores e outros (Freitas, 2021). Adicionalmente, são estimuladas parcerias que forneçam apoio à programação dos trabalhos ou em estruturas como cursos, transporte, monitores, estágios, junto à instituições como Secretarias Estaduais e Municipais, órgãos como SESC, SENAC e SESI, além de empresas públicas, privadas e Federações esportivas (Freitas, 2021).

A partir da compreensão da estrutura do Programa, nas próximas seções apresentam-se quais os aspectos do PROFESP fazem com que ele contribua para o alcance do OND VI. Assim, será abordada a atuação do Programa para a conjuntura social brasileira, para a formação e fortalecimento da consciência de Defesa na população, assim como sua contribuição pela sua intervenção em todos os Estados da Federação, abarcando as diversas regiões que compõem a sociedade brasileira.

4.2 A ATUAÇÃO DO PROFESP NA CONJUNTURA SOCIAL BRASILEIRA

Historicamente, o Brasil atravessou expressivas transformações econômicas e sociais, enfrentando desequilíbrios que acentuaram a instabilidade econômica e as desigualdades sociais. Assim, conforme aborda Fausto (2019), o país passou por polos distintos de desenvolvimento, como a Era Vargas (1930 a 1945), em que se observou crescimento econômico e industrialização, o Plano Real que propiciou a estabilização econômica em 1994 e a contração econômica gerada pela pandemia do covid-19 (2020). Apesar dos avanços, as oscilações econômicas afetam negativamente a vida dos brasileiros, mantendo a desigualdade e limitando o investimento do governo em políticas públicas.

Analizando-se os principais índices de desenvolvimento e desigualdade, é notório que há um longo caminho a percorrer. Pelo seu Índice de Desenvolvimento

5 Termo de Execução Descentralizada (TED) - é a ferramenta utilizada para descentralizar recursos entre órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para viabilizar a implementação de projetos, programas e atividades (Brasil, 2020c).

Humano (IDH)⁶ de 0,76, o Brasil está na média mundial, na categoria de alto desenvolvimento humano, ocupando a 89ª posição entre 193 países. Entre 1990 e 2022, o IDH brasileiro variou em 22,6%, pelo contido nas figuras seis e sete. Porém, pelos dados da figura oito, o País possui um alto índice de Gini⁷, cerca de 53, que o classifica como um dos países mais desiguais do mundo. Além disso, as figuras 9 e 10 mostram que, entre 2017 e 2021, o aumento da renda dos 40% mais pobres foi inferior ao da população geral. Adicionalmente, de 2015 a 2022, observou-se uma grande disparidade na distribuição da renda nacional. Outros dados relevantes, demonstrados nas figuras 11 e 12, referem-se à taxa de desemprego, na faixa de 7,9%, sendo maior no nordeste, esses números mostram a recuperação do mercado, mas aquém do necessário.

Por fim ressalta-se a figura 13, que demonstra o percentual da população que se encontra abaixo da linha da pobreza. Ao comparar os anos de 2012, 2021 e 2022, nota-se certa melhora, porém uma parcela considerável da população, permanece nessa dura realidade, principalmente, na região do nordeste, indicando que, apesar dos progressos, o problema da pobreza é urgente e as reivindicações por recursos para políticas públicas de cunho social estão bem respaldadas.

Diante dessa situação, acredita-se ser desafiador ao Brasil, após um extenso período sem atuar em conflitos, despertar a percepção de grande parcela da população para os assuntos de Defesa, enquanto carências básicas de alimentação, saúde, educação e moradia não estiverem adequadamente atendidas. A satisfação das necessidades essenciais do indivíduo é crucial para prover um ambiente receptivo à discussão e valorização de outras questões fundamentais para o País, como a Defesa. Então, entende-se que, se esses aspectos básicos de subsistência não estiverem supridos, qualquer tentativa de convencimento sobre os temas da Defesa tende a ser frustrada e considerada como secundária ou de baixa prioridade, visto que a população está mais focada em resolver suas necessidades imediatas.

Para compreender a maneira como se delineia esse processo, pode-se recorrer à teoria da motivação de Maslow⁸. De acordo com este autor, os indivíduos

6 O IDH verifica o desempenho médio de um país em três aspectos do desenvolvimento humano: acesso ao conhecimento, uma vida longa e saudável e um nível de vida digno (UNDP, 2024b).

7 Índice de Gini: mede a desigualdade nos países. Considera uma escala de zero, sendo a igualdade perfeita, para 100. Os índices de Gini dos países, normalmente, estão dentro de uma faixa de 25 a 60 (Banco Mundial, 2023).

8 Abraham Maslow era um psicólogo, nascido nos Estados Unidos, responsável pela criação da

vivem para realizar as suas necessidades, com o desejo de alcançar a autorrealização. Assim, postula que os indivíduos possuem, internamente, uma hierarquia de tipos de necessidades, que foram, por ele apresentadas, a partir de uma pirâmide, conhecida como a Pirâmide de Maslow⁹, conforme figura 14.

Segundo essa teoria, o ser humano busca sempre atingir o nível mais alto da hierarquia de necessidades, o topo da pirâmide. À medida que uma necessidade é satisfeita, a próxima se torna mais relevante, embora não seja possível satisfazer totalmente uma necessidade. Para motivar uma pessoa, é preciso identificar o estágio atual de suas necessidades e focar em satisfazê-las (Robbins, 2005).

A partir do pensamento de Maslow, infere-se que enquanto as desigualdades sociais forem tão expressivas, abarcando enorme parcela da população, enquanto as necessidades básicas para o bem-estar das pessoas não forem adequadamente atendidas, será extremamente difícil despertar o interesse dessa parte considerável da sociedade e de seus representantes para assuntos que não sejam suas carências mais essenciais. Em termos mais diretos, é quase impossível motivar alguém a se engajar em temas de relevância nacional quando se está enfrentando fome, sede ou a falta de saneamento básico.

Considerando que, devido às desigualdades, uma grande parcela de brasileiros ainda está buscando suprir necessidades básicas, é fundamental a atuação na satisfação dessas necessidades primeiras, para que a partir de então esses indivíduos tenham condições de despertar para outros interesses. O PROFESP desempenha um papel valioso nessa direção, pois realiza trabalhos contribuindo para mitigar as necessidades básicas desses grupos. De acordo com Freitas (2021), o programa fornece duas refeições (almoço e colação) aos beneficiados, além de ensinamentos de segurança alimentar que abrangem conceitos relacionados à alimentação suficiente, segura e nutritiva. Também ensina

Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas ou a Pirâmide de Maslow (Calicchio, 2023).

9 As necessidades foram organizadas em cinco categorias conforme a seguir: fisiológicas, são necessidades básicas como abrigo, sexo, fome, sede e outras necessidades físicas; segurança, refere-se à proteção em relação a prejuízos emocionais e físicos; social, que abrange a necessidade de amizade, afeto, ser aceito, o sentimento de pertencimento a um grupo; estima, abarca fatores internos, como independência, realização, respeito próprio e fatores externos, como status, reconhecimento e atenção; e autorrealização que consiste em buscar alcançar todo o seu potencial, envolve evolução, realização, crescimento e autoaperfeiçoamento. Cabe destacar que as necessidades de estágios mais altos são atendidas no íntimo do indivíduo, enquanto as de estágios mais baixos são, em geral, atendidas exteriormente, por meio de elementos como rendimentos e estabilidade no trabalho (Robbins, 2005).

a utilizar os alimentos para a prevenção contra o aparecimento de doenças, estimulando a adoção de hábitos saudáveis, além de visitas a órgãos de saúde como a Fundação Oswaldo Cruz. Segundo Brasil (2021b; 2022b; 2024h), em 2020 e 2021, mesmo no período da pandemia do covid-19, foram distribuídos kits alimentação para 30.036 e 30.428 beneficiados, respectivamente.

Outro aspecto importante, é a atuação do Programa em cooperar para diminuir a exposição a riscos sociais como drogas, criminalidade e trabalho infantil (Freitas, 2021), pois no período em que comparecem aos encontros, os beneficiados estão menos vulneráveis aos perigos de suas comunidades. Além disso, os alunos participam de atividades de prevenção à dependência química, como as palestras realizadas pelos Núcleos de Assistência Social e os Programas Educacionais de Resistência às Drogas e à Violência, como o promovido pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (Roque, 2023; Brasil, 2024b), com intuito de conscientizá-los sobre os riscos do uso de drogas e o envolvimento com o narcotráfico.

Diante disso, verifica-se a importante contribuição do PROFESP para a conjuntura social dessa parcela carente da sociedade e, conseqüentemente, do País. Paralelamente, destaca-se outra parcela da sociedade (políticos, governantes e grupos sociais em geral) preocupada com os problemas ocasionados pela disparidade social. Considerando tanto os que necessitam quanto os que se preocupam, forma-se um segmento social expressivo interessado e reivindicativo por ações que priorizem os direitos sociais. Tendo em vista a extensão do território brasileiro, as problemáticas sociais são robustas, assim como seus efeitos, como doenças, tráfico de drogas, crime organizado. Dentre tantas demandas, sobra pouco espaço para a percepção social (e orçamento) para atender outros aspectos relevantes para o bem-estar de todos, como a Defesa.

Posto isso, conclui-se que se a desigualdade social gera entraves, influenciando na percepção, no interesse, no engajamento da população para os assuntos de Defesa, logo, um programa como o PROFESP, que coopera para a melhoria dessa desigualdade, minorando o problema, possibilitando o envolvimento da sociedade em outros campos de importância nacional, como a Defesa, contribui sim para o alcance o OND VI. Dito de outra forma, se as disparidades nacionais prejudicam o alcance do OND VI, o PROFESP ao atuar para a melhoria dessa

realidade contribui para o alcance do OND VI.

Dando prosseguimento, apresenta-se, adiante, a cooperação do PROFESP para formação da consciência de Defesa e sua relação com o OND VI.

4.3 A CONTRIBUIÇÃO DO PROFESP PARA A CONSCIÊNCIA DE DEFESA

Uma cidadania ativa e consciente requer um processo educacional eficaz que vá além da simples transmissão de conhecimentos acadêmicos. Sendo a base para o desenvolvimento de um pensamento crítico, de valores éticos, da compreensão das responsabilidades cívicas e da participação engajada na sociedade. Para tanto, é fundamental que a educação de qualidade seja acessível a todos, eliminando as barreiras que geram desigualdades. Entretanto, ao se observar as figuras 15 e 16, observa-se que, no Brasil, a realidade educacional ainda possui disparidades significativas que variam entre as regiões e entre as classes sociais.

Apesar das diferenças existentes, como o contido na figura 17, é possível identificar melhorias pelo aumento da escolarização. Porém, os dados da figura 18 revelam a qualidade dessa educação e mostram um desempenho baixo do País em relação a média OCDE¹⁰, evidenciando que, apesar dos avanços, há um longo caminho a percorrer para equalizar as falhas, preencher as lacunas e alinhar o nível educacional brasileiro ao padrão mundial praticado.

Por esse contexto, frequentemente, os beneficiados pelo PROFESP, enfrentam dificuldades na assimilação dos conteúdos escolares devido a fatores como recursos limitados, ambientes de aprendizagem precários e falta de apoio individualizado. Por essa realidade, o Programa atua diretamente para suprir essas faltas pois oferece reforço escolar, preferencialmente, em matemática e português, e em outras disciplinas, conforme a necessidade.

Sobre a aprendizagem, cabe destacar o que postulou Vygotsky¹¹ sobre a formação do processo cognitivo nas crianças e nos adolescentes. Para o autor, o

10 A média OCDE no PISA se refere ao desempenho médio dos países constituintes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nas avaliações do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). O PISA, coordenado pela OCDE, é um exame internacional que avalia o conhecimento e as habilidades dos jovens, de 15 anos, em matemática, leitura e ciências (Brasil, 2023d).

11 Lev Semenovich Vygotsky foi um importante autor russo para a área da psicologia, elaborou a teoria sóciointeracionista (Ivic, 2010).

desenvolvimento mental, o aprendizado e a formação da consciência, são influenciados pelo meio cultural e social, não acontecem isoladamente, mas pela interação estabelecida com outros indivíduos como pais, professores e colegas.

Essa relação social proporciona a mediação necessária para que os indivíduos enfrentem desafios que vão além de suas habilidades atuais, facilitando o desenvolvimento dentro do que o autor conceituou como Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). A ZDP é a diferença entre o que o indivíduo consegue desempenhar de forma independente e com o auxílio de outrem, ou seja, é o nível de competência que o sujeito ainda não domina, mas que pode desenvolver com apoio e orientação. É na ZDP que acontece a aprendizagem mais efetiva, onde o auxílio adequado propicia a conquista de níveis mais avançados de competência. Pela colaboração e troca de conhecimentos, os indivíduos internalizam novos conceitos e habilidades, memórias afetivas, o que promove o avanço cognitivo. Por fim, para Vygotsky, a construção do conhecimento, a formação da consciência do indivíduo são processos sociais dinâmicos, onde a cultura, o social se integra à natureza humana, no decurso do seu desenvolvimento, moldando o seu funcionamento psicológico (Carvalho *et al.*, 2010; Ivic, 2010; La Taille; Oliveira; Dantas, 1992).

Relacionando os pressupostos de Vygotsky com o arcabouço do PROFESP, depreende-se que o Programa contribui para a formação e o amadurecimento de uma consciência de Defesa na sociedade, por cooperar para o desenvolvimento intelectual e social de crianças e jovens, cidadãos em formação e, especialmente, por transmitir os conhecimentos relacionados à cidadania, civismo, patriotismo, símbolos nacionais, contexto histórico militar e das atividades militares realizadas pelas Forças, a partir da interação com os professores, militares e colegas.

Em um primeiro momento, o PROFESP contribui para nivelar o conhecimento acadêmico e fortalecer a compreensão dos conteúdos fundamentais, por meio do reforço escolar, o que auxilia no desenvolvimento cognitivo dos alunos que vai propiciar que outros conteúdos sejam compreendidos, internalizados e levados para toda a vida e transmitidos para sua família e amigos, como os da Defesa. Por esse trabalho, o Programa auxilia para que hajam as condições cognitivas essenciais para a assimilação de outros temas, ou seja, promove a base necessária para a inclusão de novos assuntos. Afinal, não basta apenas apresentar

informações, é crucial que os sujeitos possuam maturidade intelectual para compreendê-las e incorporá-las, garantindo que sejam, efetivamente, apreendidas e não só observadas. Nesse ponto, o Programa auxilia nas deficiências intelectuais, mas, sobretudo, reforça a estrutura mental para assimilação de novos assuntos.

Em paralelo, o Programa realiza atividades diversificadas e direcionadas para o desenvolvimento do civismo, da cidadania, do patriotismo e o respeito aos símbolos nacionais. Além de atividades para o conhecimento do trabalho realizado pelas Forças. Assim, os Comandantes das Organizações Militares participantes do Programa aprovam uma programação composta, dentre outras, das seguintes atividades: palestras sobre a Batalha Naval do Riachuelo, valores nacionais, direito dos cidadãos, símbolos nacionais, rosa das virtudes, abordando temas como honra, lealdade, espírito de sacrifício, fogo sagrado, abnegação, espírito militar, disciplina e patriotismo (Barros, 2023a; Leite; Reis; Carvalho, 2024).

Além disso, realizam ordem unida, canto e estudo do hino nacional, corridinha da Independência do Brasil, promovendo o aprendizado de um marco da história nacional, participação na solenidade do Dia do Exército, em formaturas militares, visitas à Fortaleza de São José, ao Museu Aeroespacial da Força Aérea Brasileira, ao Museu Naval, ao Espaço Cultural da Marinha, acompanhamento das atividades militares do Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais, em que são mostradas as principais tarefas e o simulador de paraquedas, participação na Semana da Pátria com a distribuição do Manual do Engrenadinho¹² e outros (Barros, 2024a, 2024b; Brasil, 2024d, 2024f; 2024g; Elias, 2017; Real; Roque, 2024).

Cabe ressaltar, que as visitas incluem a explanação sobre a história, o contexto militar nacional, apresentações e explicações sobre as tarefas dos militares. Também são realizadas reuniões, atividades e eventos com a participação das famílias. Por fim, importa enfatizar o ingresso de egressos do Programa nas Forças Armadas, após aprovação nos concursos públicos militares, especialmente, para as Escolas de Aprendizes Marinheiros e o Corpo de Soldados Fuzileiros Navais (Barros, 2023b, Brasil, 2024c; Leite; Reis; Carvalho, 2024; Real; Roque, 2024).

Posto isso, identifica-se que o PROFESP intervém em aspectos fundamentais para a construção da consciência de Defesa. Primeiramente,

12 Publicação voltada para crianças para o ensino de ordem unida e patriotismo (Elias, 2017).

reforçando a base cognitiva que permite a apreensão dos novos conteúdos. Em seguida, pela inserção de atividades direcionadas, especificamente, para a transmissão de conhecimentos relacionados à Defesa. Além disso, ressalta-se que o acompanhamento do trabalho dos militares e as experiências vivenciadas produzem lembranças, memórias afetivas que cooperam para uma maior assimilação dos ensinamentos sobre os temas da Defesa, sobre a importância das Forças Armadas para o País e o sentimento de identidade nacional.

Portanto, as atividades educacionais realizadas pelo PROFESP contribuem para a formação de uma consciência de Defesa aos beneficiados, cidadãos em formação, e esses efeitos tendem a se expandir para seus familiares por meio da transferência do conhecimento. Logo, o PROFESP contribui para aumentar a percepção da sociedade sobre a Defesa Nacional, o que colabora para o maior interesse e engajamento e, conseqüentemente, para o alcance do OND VI.

Para finalizar, verifica-se que o PROFESP contribui para o OND IV porque promove uma maior conscientização sobre os temas de Defesa Nacional, realizando atividades curriculares voltadas para os assuntos de Defesa, conforme já mencionado, cumprindo o que estabelece a Ação Estratégica de Defesa (AED) 70: “Realizar, promover e incentivar atividades de ensino relacionadas aos temas de Defesa Nacional” (Brasil, 2020a, p. 71), que está relacionada à Estratégia de Defesa (ED) 13: “Promoção da Temática de Defesa na Educação” (Brasil, 2020a, p. 71), que, por sua vez, está alinhada ao OND VI. Sendo assim, o PROFESP se refere a uma ação que propicia a consecução do OND VI.

Dando sequência, aborda-se, a seguir, outra característica do PROFESP que também contribui para o OND VI: a sua abrangência nacional.

4.4 A ABRANGÊNCIA NACIONAL DO PROFESP

Em virtude da distribuição de Organizações Militares (OM) pelo País, o PROFESP compreende todos os Estados da Federação (Brasil, 2024h), o que lhe permite uma cobertura nacional significativa e assegura a inclusão de suas ações em diferentes regiões, atendendo a distintos contextos e necessidades locais. Assim, a infraestrutura disponibilizada pelas Forças é crucial para que as ações do

Programa alcance jovens e suas famílias em áreas de todo o território nacional.

Expressando isso em dados, destaca-se que, de 2016 a 2018, o PROFESP atendeu 54.159 crianças e adolescentes (Brasil, 2016, 2017, 2018), em 201 OM, em cerca de 132 municípios, abrangendo o arquipélago de Fernando de Noronha. Em 2019, o PROFESP contemplou cerca de 28.700 beneficiados, ampliando sua abrangência para 139 localidades de todos os Estados e Distrito Federal, incluindo áreas indígenas. Na MB, 53 OM atenderam 9.640 crianças e jovens. No ano de 2020, em virtude da interrupção das atividades por conta da pandemia do covid-19, foram fornecidos kits alimentação para 30.036 crianças e adolescentes. Na MB, foram 54 OM, em 30 municípios e Distrito Federal, perfazendo um total de 10.600 beneficiados (Brasil, 2020b; Brasil, 2021a; Brasil, 2021b).

Em 2021, ainda por conta da pandemia, as atividades foram limitadas, sendo fornecidos kits alimentação para 30.428 pessoas. A MB atuou com 53 OM, no atendimento a 10.550 participantes (Brasil, 2022a; Brasil, 2022b). Em 2022, com a retomada das atividades, foram 19.499 contemplados. Em relação à MB, foram 57 OM, reiniciando os trabalhos de forma integral para um total de 10.775 participantes (Brasil, 2023b; Brasil, 2023c). Para 2023, o PROFESP contou com apenas 3% dos recursos necessários, ainda assim foram atendidas 20.184 pessoas. Ressalta-se que o objetivo atual do PROFESP é atingir 40.000 participantes (Brasil, 2024h).

Tendo em vista o quantitativo anual de participantes e, ainda, a extensão dos efeitos do Programa para as suas famílias e as comunidades, verifica-se a capacidade do PROFESP em contribuir para o alcance do OND VI, uma vez que suas ações atingem um número significativo de brasileiros (beneficiados e família) em todo o território nacional. Conforme mencionado, o Programa atende cerca de 20 a 28 mil participantes por ano, levando-se em conta que isso produz efeitos também na família e amigos, pela transferência do conhecimento, considerando a ocorrência dessa transferência para apenas uma ou duas pessoas, esse número pode ser multiplicado por duas ou três vezes mais, no mínimo.

Em relação a sua extensão territorial, destaca-se que o PROFESP leva suas contribuições, de mitigar a desigualdade social e para a formação da consciência de Defesa, transmitindo conceitos de civismo, patriotismo, cidadania, respeito aos símbolos nacionais e outros temas relacionados à Defesa, em todas as regiões do

território nacional, inclusive áreas indígenas e de fronteiras (Santos; Golin; Melo, 2021). Assim, o PROFESP coopera para ampliar o engajamento da população no País como um todo, sem desprezar regiões, promovendo a consciência de Defesa não apenas em uma parte, mas em todas as zonas que constituem a sociedade brasileira.

Dessa forma, o PROFESP estimula e contribui para a percepção dos conteúdos de Defesa pela população, não em algumas, mas em todas as regiões do País, o que coopera para o alcance do OND VI, considerando todas as dificuldades e características de cada localidade. Sendo assim, a programação das atividades leva em conta as singularidades regionais (Real; Roque, 2024), respeitando as crenças e costumes, para a melhor absorção dos conhecimentos transmitidos. Como no Estado de Roraima, na região de Surucucu em que crianças da etnia Yanomami foram beneficiadas com o PROFESP, participando de atividades relacionadas a civismo, patriotismo, cidadania, respeito aos símbolos nacionais e outras. Também na região de Amambai, no Mato Grosso do Sul, 95% dos beneficiados são indígenas (Brasil, 2024a; OBIND, 2020).

Por isso, conclui-se que o PROFESP, por cooperar para a formação da consciência de Defesa, aumentando a percepção da população por meio da realização das atividades de ensino sobre temas de Defesa em todo o País, atingindo as diferentes regiões do Brasil, abarcando os distintos grupos que compõem a sociedade brasileira, colabora para o alcance do OND VI. Em síntese, também pela sua característica de abrangência nacional, o PROFESP contribui para o alcance do OND VI, porque transmite os conhecimentos de Defesa em todos os Estados do território nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, ficou evidenciado que a priorização dos direitos sociais na elaboração das principais políticas públicas e na alocação de recursos financeiros tem relegado aos assuntos da Defesa uma baixa prioridade nas pautas do governo, resultando em prejuízos para as Forças Armadas devido à redução dos investimentos, comprometendo a manutenção da capacidade de pronto emprego.

Foi demonstrado que por ser uma política pública ampla, inter-relacionada a

outras políticas e a diferentes setores do desenvolvimento nacional, a PND enfrenta os efeitos dessa realidade e encontra dificuldades para sua consolidação. Isso ocorre porque as urgências da PND, por não estarem isoladas do contexto nacional, são afetadas pela conjuntura social, a disponibilidade de capital, a percepção da população e a vontade política. Além disso, constatou-se que apesar do alto índice de confiança da população nas Forças Armadas, a percepção apática dos conteúdos da PND permanece, por falta de conhecimento e/ou desinteresse, resultando em grandes obstáculos para o atendimento das necessidades das Forças.

Nesse contexto, verificou-se que o PROFESP constitui ferramenta valiosa para a melhoria dessa realidade, pois embora não seja a missão precípua das Forças Armadas, é um Programa que intervém, diretamente, em aspectos que se encontram relacionados ao alcance do OND VI. Isso acontece porque ao mesmo tempo que coopera para mitigar os problemas sociais, ele permite a aproximação com a sociedade para a transmissão de conhecimentos sobre o papel das Forças e a Defesa Nacional, contribuindo para a formação de uma consciência de Defesa.

Por essa razão, o desenvolvimento do presente estudo se fez relevante, pois possibilitou analisar o arcabouço do PROFESP e sua contribuição para o OND VI, com a finalidade de investigar de que forma ocorre essa contribuição, com vistas a obter a melhoria da percepção da sociedade, para que os assuntos de Defesa alcancem maior atenção no ambiente nacional, resultando na elevação dos investimentos para a modernização e reaparelhamento das Forças, de maneira a assegurar o cumprimento de sua missão constitucional.

Para atingir o objetivo, analisou-se o arcabouço do PROFESP, sendo destacados três aspectos que cooperam para o alcance do OND VI: a sua atuação na conjuntura social, no desenvolvimento e amadurecimento de uma consciência de Defesa e a sua abrangência nacional.

Em relação à conjuntura social, verificou-se que existe um segmento expressivo da sociedade, demandante por ações que priorizem os direitos sociais. Assim, a alocação de mais recursos financeiros para a área da Defesa, em detrimento de outras críticas, não encontra acolhida para uma ampla parcela da população e seus representantes, ocasionando entraves para que a Defesa possa postular sua relevância e figurar entre as prioridades nacionais. Pela análise das

atividades do PROFESP, constatou-se que o Programa intervém de forma significativa nessa direção, pois realiza ações para mitigar as necessidades básicas dos beneficiados e atenuar os efeitos da realidade de violência de suas comunidades. Ao realizar esse trabalho, o PROFESP promove assistência social, mas sobretudo intervém e contribui para amenizar a situação de desigualdade social que assola o País, a qual dificulta o interesse e o envolvimento da sociedade para outras áreas de relevância nacional, como a Defesa.

Dessa forma, se a desigualdade social gera entraves, influenciando na percepção, no interesse, no engajamento da população para os assuntos da Defesa, o PROFESP, ao cooperar para a melhoria dessa desigualdade, minorando o problema, possibilitando o envolvimento da sociedade em outros campos de importância nacional, como a Defesa, contribui para o alcance do OND VI. Então, se as disparidades nacionais prejudicam a conquista do OND VI, o PROFESP ao atuar para a melhoria dessa realidade contribui para o alcance do OND VI.

Outra contribuição constatada do PROFESP para o OND VI é a sua atuação direta em melhorar a percepção apática da população para os assuntos de Defesa, proporcionando o desenvolvimento e o amadurecimento de uma consciência de Defesa. Foi demonstrado que o Programa intervém, primeiramente, reforçando a base cognitiva dos indivíduos que permite a apreensão dos novos conteúdos, por meio do reforço escolar, mas, principalmente, realiza atividades diversificadas e direcionadas, em específico, para os conteúdos de Defesa Nacional, fomentando o desenvolvimento do civismo, da cidadania, do patriotismo e o respeito aos símbolos nacionais. Além de atividades de acompanhamento do trabalho realizado por militares, o que possibilita a compreensão das atribuições das Forças.

Assim sendo, evidenciou-se que as atividades educacionais realizadas pelo PROFESP contribuem para a formação de uma consciência de Defesa aos beneficiados, cidadãos em formação, e isso tende a se expandir para as suas famílias pela transferência do conhecimento e pela participação em reuniões. Logo, verificou-se que o PROFESP contribui para aumentar a percepção da sociedade sobre a Defesa Nacional, porque realiza o ensino de conteúdos de Defesa para futuros cidadãos, ressoando em suas famílias, o que, a longo prazo, colabora para um maior interesse e engajamento da sociedade, contribuindo para o alcance do

OND VI. Adicionalmente, destacou-se que as atividades curriculares voltadas para os temas de Defesa, promovem uma maior conscientização sobre a Defesa Nacional, estando alinhadas ao que estabelece a AED-70, que se relaciona à ED-13, que contribui para o OND VI. Sendo assim, o PROFESP alinha-se à AED-70, que propicia o alcance do OND VI.

A abrangência nacional do PROFESP também foi identificada como uma importante característica que contribui para o OND VI, pois nos últimos cinco anos o Programa contemplou cerca de 128 mil participantes em todo o território nacional. Ao se considerar a expansão dos efeitos do Programa para as famílias e comunidades, pela transferência de conhecimentos para ao menos uma ou duas pessoas, esse número pode se multiplicar por duas ou três vezes mais, no mínimo.

Outro ponto relevante, é a extensão territorial, pois o Programa leva suas contribuições, para mitigar a desigualdade social e para a formação da consciência de Defesa, em todas as regiões do País, inclusive áreas indígenas e de fronteiras. Assim, o PROFESP coopera para ampliar o engajamento da população, no Brasil como um todo, sem desprezar regiões, desenvolvendo suas ações não apenas em uma parte, mas em todas as regiões, abarcando os diferentes grupos que constituem o povo brasileiro. Logo, a abrangência nacional do PROFESP também contribui para o alcance do OND VI porque permite a transmissão de conhecimentos sobre a Defesa para toda a sociedade brasileira.

Portanto, os resultados obtidos demonstram que o PROFESP contribui para o alcance do OND VI, pois atua para a melhoria de dois aspectos que dificultam o seu alcance: a conjuntura de desigualdade social brasileira e a baixa percepção da sociedade para os assuntos de Defesa. Estando, ainda, alinhado à AED-70, da ED-13 da END, que contribui para a conquista do OND VI. Além disso, suas ações abarcam um número significativo de brasileiros e são promovidas para diferentes grupos em todos os Estados do território nacional.

Por fim, a análise dos planos de trabalho, dos relatórios e dos dados contidos em páginas na internet possibilitou a demonstração dos resultados, permitindo que os objetivos propostos fossem alcançados. Dada a relevância do tema para as Forças, considera-se importante a realização de pesquisas sobre outras ações que possam contribuir para o alcance do OND VI, como o Projeto Soldado Cidadão.

REFERÊNCIAS

- ALFANO, Bruno. Distância na nota do Enem cai entre escola pública e privada, aponta levantamento. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 03 jun. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2024/06/03/distancia-na-nota-do-enem-cai-entre-escola-publica-e-privada-aponta-levantamento.ghtml>. Acesso em: 05 ago. 2024.
- ALMEIDA, Carlos Wellington de. Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/s7rPSmQTzWxwS6vKzYMwjtN/?lang=pt>. Acesso em: 03 set. 2024.
- BALHESSA, Mauro. PIB segue projeção do FMI e Brasil se confirma como 9ª economia do mundo. **Isto é Dinheiro**, São Paulo, 01 mar. 2024. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/pib-segue-projecao-do-fmi-e-brasil-se-confirma-como-9a-economia-do-mundo>. Acesso em: 14 jul. 2024.
- BANCO MUNDIAL. **Atlas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2023**. Washington, DC: 2023 Disponível em: <https://datatopics.worldbank.org/sdcatlas/goal-10-reduced-inequalities/?lang=en>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- BARROS, Marcelo. Alunos do PROFESP-CIAMPA visitam Fortaleza de São José e Espaço Cultural da Marinha. **Defesa em Foco**, Rio de Janeiro, 13 ago 2024. 2024a. Disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/alunos-do-profesp-ciampa-visitam-fortaleza-de-sao-jose-e-espaco-cultural-da-marinha/>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- BARROS, Marcelo. Programas Forças no Esporte Celebra Dia da Marinha com aulas cívico-militares. **Defesa em Foco**, Espírito Santo, 25 jun 2023. 2023a. Disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/programa-forcas-no-esporte-celebra-dia-da-marinha-com-aulas-civico-militares/>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- BARROS, Marcelo. Sucesso do PROFESP-CEFAN: alunos aprovados em concurso público. **Defesa em Foco**, Rio de Janeiro, 30 dez. 2023. 2023b. Disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/sucesso-do-profesp-cefan-alunos-aprovados-em-concurso-publico/>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- BARROS, Marcelo. Visita ao Batalhão "Tonelero" Encanta Alunos do PROFESP da BFNIF. **Defesa em Foco**, Rio de Janeiro, 20 jul. 2024. 2024b. Disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/visita-ao-batalhao-tonelero-encanta-alunos-do-profesp-da-bfnif/>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 jul. 2024.
- BRASIL. **Decreto n.º 10.085, de 5 de novembro de 2019**. Dispõe sobre o Programa Forças no Esporte – Segundo Tempo e o Projeto João do Pulo. Brasília, DF:

Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10085.htm. Acesso em: 30 jul. 2024

BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Brasília, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Comando Militar do Oeste**. Exército Brasileiro. Mato Grosso do Sul: Comando Militar do Oeste, 2024. 2024a. Disponível em: <https://cmo.eb.mil.br/index.php/publicacoes/969-17-rc-mec-visita-de-coordenadores-do-programa-profesp>. Acesso em: 18 ago. 2024

BRASIL. Ministério da Defesa. **EAMSC Promove Palestra De Prevenção À Dependência Química Para Participantes Do Profesp**. Marinha do Brasil. Santa Catarina: Comando do 5º Distrito Naval, 2024. 2024b. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/com5dn/node/132>. Acesso em: 16 ago. 2024

BRASIL. Ministério da Defesa. **Ex-aluno do Programa Forças no Esporte (PROFESP), agora, Soldado Fuzileiro Naval**. Marinha do Brasil. Rio de Janeiro: Centro de Instrução Almirante Milcíades Portela Alves (CIAMPA), 2024. 2024c. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/ciampa/noticias/ex-aluno-do-programa-for%C3%A7as-no-esporte-profesp-agora-soldado-fuzileiro-naval>. Acesso em: 18 ago. 2024

BRASIL. Ministério da Defesa. **Jovens do PROFESP-CIASC visitam Museu Naval e Espaço Cultural da Marinha**. Marinha do Brasil. Rio de Janeiro: Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC), 2024. 2024d. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/ciasc/noticia/jovens-do-profesp-ciasc-visitam-museu-naval-e-espaco-cultural-da-marinha>. Acesso em: 16 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. **Fundamentos Doutrinários da Marinha (FDM)**. [Brasília]: Estado-Maior da Armada. EMA-301, 2023. 2023a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Orçamento de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2024. 2024e. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/orcamento-e-financas-1/imagens/defesa_e_o_pib_2023.jpg/view. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa (PND/END)**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020. 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **PROFESP Dia do Exército**. Exército Brasileiro. Mato Grosso do Sul: Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Oeste (BADM AP/CMO), 2024. 2024f. Disponível em: <https://badmapcmo.eb.mil.br/index.php/noticias/537-profesp-dia-do-exercito>. Acesso em: 18 ago. 2024

BRASIL. Ministério da Defesa. **PROFESP do CIAMPA visita o Museu Aeroespacial**. Marinha do Brasil. Rio de Janeiro: Centro de Instrução Almirante Milcíades Portela Alves (CIAMPA). Rio de Janeiro: 2024. 2024g. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/ciampa/noticias/profesp-do-ciampa-visita-o-museu-aeroespacial>. Acesso em: 16 ago. 2024

BRASIL. Ministério da Defesa. **Relatório de Gestão 2019**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020. 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao/arquivos-relatorio-2018/relatorio_de_gestao.pdf. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Relatório de Gestão 2020**. Brasília, DF: Marinha do Brasil, 2021. 2021a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/relatorio-de-gestao-2020.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Relatório de Gestão 2021**. Brasília, DF: Marinha do Brasil, 2022. 2022a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/relatorio-de-gestao-2021.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Relatório de Gestão 2022**. Brasília, DF: Marinha do Brasil, 2023. 2023b. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/relatorio-de-gestao-2022.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Relatório de Gestão 2020**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2021. 2021b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao/0_RgMd20.pdf. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Relatório de Gestão 2021**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2022. 2022b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao/arquivos-relatorio-2021/relatorio_de_gestao.pdf. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Relatório de Gestão 2022**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2023. 2023c. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao/arquivos-relatorio-2022/relatorio_gestao_md_2022_11052023.pdf. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Relatório de Gestão 2023**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2024. 2024h. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao/arquivos-relatorio-2023/RELATORIO_GESTAO_MD_2023_FINAL.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Notas sobre o Brasil no Pisa 2022**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2023. 2023d. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2022/pisa_2022_brazil_prt.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Agenda 2030: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), 2024. 2024i. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14134/1/Agenda_2030_ODS_10_Reduzir_a_desigualdade_dentro_paises.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Alfabetização**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2023. 2023e. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/22321-alfabetizacao.html>. Acesso em: 05 ago. 2024

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2024. 2024j. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo1/indicador111>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **O que é desemprego?** Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2024. 2024l. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Orçamento em números: PLOA 2024**. Brasília, DF: Secretaria de Orçamento Federal, 2023. 2023f. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/orcamentos-anuais/2024/ploa/orcamento-em-numeros-impressao.pdf>. Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Painel de Indicadores**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2024. 2024m. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Relatório de Acompanhamento Detalhado de Execução**. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop). Brasília, DF: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Relatório de Acompanhamento Detalhado de Execução**. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop). Brasília, DF: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Relatório de Acompanhamento Detalhado de Execução**. Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop). Brasília, DF: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Glossário de termos orçamentários**. Brasília: Grupo de Trabalho Permanente de Integração da Câmara dos Deputados com o Senado Federal, Subgrupo Orçamentário, 2020. 2020c. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/584776>. Acesso em: 28 jul. 2024.

CALICCHIO, Stefano. **Abraham Maslow, da hierarquia das necessidades à realização pessoal: Uma viagem na psicologia humanista através da hierarquia**

das necessidades, da motivação e da realização do pleno potencial humano. Stefano Calicchio, 2023. E-book.

CARVALHO, Maria Aparecida Alves Sobreira; ARAÚJO, Sicília Maria Moreira de; XIMENES, Verônica Moraes; PASCUAL, Jesus Garcia. A formação do conceito de consciência em Vygotsky e suas contribuições à Psicologia. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, vol.62. n. 3, 2010. Disponível em: https://pepsic.bvsa.lud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000300003. Acesso em: 18 ago. 2024

CASTRO, Jorge Abrahão de; OLIVEIRA, Márcio Gimene de. Políticas públicas e desenvolvimento. In: MADEIRA, Lígia Mori. (org.). **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277643237_Avaliacao_de_politicas_publicas. Acesso em: 26 jul. 2024.

CAVALCANTE FILHO, João Trindade. A Constituição de 1988 como matriz de políticas públicas: direitos, deveres e objetivos no campo dos direitos sociais. In: MENDES, Gilmar; PAIVA, Paulo (org.). **Políticas Públicas no Brasil: uma abordagem institucional**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva. 30 ed. 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4977156/mod_resource/content/1/DALLARI%2C%20D.A.%20Elementos%20de%20Teoria%20Geral%20do%20Estado%2C%2016a%20ed.%2C%20S%C3%A3o%20Paulo%2C%20Saraiva%2C%201991.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024

DEFESANET. **SIPRI – Gastos Militares Mundiais Alcançam USD 2,4 Trilhões**. [Brasília]: DefesaNet, 2024. Disponível em: https://www.defesanet.com.br/tt/sipri-gastos-militares-mundiais-alcancam-ud-24-trlhoes/#google_vignette. Acesso em: 18 jul. 2024.

ELIAS, Tenente João Elias. **Crianças do PROFESP recebem segundo volume do Manual do Engrenadinho**. Força Aérea Brasileira. São Paulo: Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAR), 2017. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/30882/>. Acesso em: 18 ago. 2024

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2019.

FREITAS, Jeferson Domingues de. **Instrução Normativa DIPSE/DDM/SEPESD/SG/MD nº 1**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 23 ago. 2021. Assunto: Manual do PROFESP e PJP. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/atuacao/ManualPROFESPePJP2021.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024.

GALANTE, Alexandre. A Marinha do Brasil na década de 1990. **Poder Naval**. [Rio de Janeiro], 13 dez. 2023. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2023/12/13/a-marinha-do-brasil-na-decada-de-1990/>. Acesso em: 13 ago. 2024

GIELOW, Igor. Datafolha: Petista confia mais em instituições que bolsonarista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 mar. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/03/datafolha-petista-confia-mais-em-instituicoes-que-bolsonarista.shtml>. Acesso em: 19 ago. 2024.

GODOY, Marcelo. Comandante da Marinha alerta: Força vai aposentar navios e corte de verba ameaça a segurança do País. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 out. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/marcelo-godoy/comandante-da-marinha-alerta-forca-esta-em-crise-e-corte-de-verba-ameaca-a-seguranca-do-brasil/>. Acesso em: 25 jul. 2024

INOVAG. **Pirâmide de Maslow**. São Paulo: Inovag, 2019. Disponível em: <https://inovag.com.br/2019/10/11/piramide-de-maslow/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

IVIC, Ivan; COELHO, Edgar Pereira (org.). **Lev Semionovich Vygotsky**. Tradução: José Eustáquio Romão. Recife: Massangana, 2010. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-122414/lev-semionovich-vygotsky>. Acesso em: 08 ago. 2024.

KILPATRICK, Dean G. **Definitions of Public Policy and the Law**. National Violence Against Women Prevention Research Center. Carolina do Sul: Medical University of South Carolina, 2000. Disponível em: <https://mainweb-v.musc.edu/vawprevention/policy/definition.shtml>. Acesso em: 13 ago. 2024.

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6928515/mod_resource/content/1/PIAGET%2C%20VYGOTSKY%20e%20WALLON%20pdf.pdf. Acesso em: 08 ago. 2024.

LEITE, Cláudio Lopes de Araújo; REIS, José Firmeza Simões dos; CARVALHO, Patrick de Matos. **Programa Forças no Esporte e Projeto João do Pulo: Planejamento Pedagógico do Núcleo CEFAN**. Marinha do Brasil. Rio de Janeiro: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), 2024.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Marinha do Brasil. **Estrutura Organizacional**. [Brasília]: Marinha do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/estrutura-organizacional>. Acesso em: 12 set. 2024.

MOURELLE, Thiago. **O que foi e como surgiu o tenentismo?** Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. [Brasília]: 2022 Disponível em: <https://querepublicaeessa.an.gov.br/index.php/que-republica-e-essa/assuntos/temas/372-tenentismo>. Acesso em: 13 ago. 2024.

OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS E POLÍTICAS INDIGENISTAS. **Defesa: crianças Yanomamis participam do PROFESP**. Brasília, DF: OBIND, 2020. Disponível em: <https://obind.eco.br/defesa-criancas-yanomamis-participam-do-profesp/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

OLSEN, Marcos Sampaio. **Apresentação na Câmara dos Deputados: Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen - Comandante da Marinha do Brasil - CREDN em 17/04/2024**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Sz-GuNL6tKc>. Acesso em: 13 jul. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (UNDP). **Insights de Desenvolvimento Humano**. Nova Iorque: UNDP, 2024. 2024a. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/country-insights#/ranks>. Acesso em: 30 jul. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (UNDP). **O Brasil**. Nova Iorque: UNDP, 2024. 2024b. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/specific-country-data#/countries/BRA>. Acesso em: 30 jul. 2024.

REAL, Maurício José de Oliveira Côrte; ROQUE, Mônica Gessyca Moreno. **Programa Forças no Esporte: Planejamento Pedagógico do Núcleo BABV**. Força Aérea Brasileira. Roraima: Base Aérea de Boa Vista, 2024.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. Tradução técnica: Reynaldo Cavalheiro Marcondes. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. Disponível em: https://admdotunisa.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/03/robbins_2009_livro_comportamento_organiz.pdf. Acesso em: 04 ago. 2024.

RODRIGUES, Carlos Eduardo Neves. Revisão da Literatura. In: RODRIGUES, Carlos Eduardo Neves. **Antecedentes da mentalidade de defesa na sociedade e o papel do Exército brasileiro em seu desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5439/1/Artigo%20Cient%20adefico%20-%20Cap%20Neves.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

ROQUE, Coronel Aviador. **Alunos do Programa Forças no Esporte da UNIFA são certificados por Programa Educacional**. 2023 Força Aérea Brasileira. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/41194/PROFESP%20-%20Alunos%20do%20Programa%20For%C3%A7as%20no%20Esporte%20da%20UNIFA%20s%C3%A3o%20certificados%20por%20Programa%20Educacional>. Acesso em: 18 ago. 2024.

SANTOS, Brenda Farias dos; GOLIN, Carlo Henrique; MELO, Rogério Zaim. O Programa Forças no Esporte (PROFESP) na Fronteira Brasil-Bolívia: um Estudo Preliminar. **Revista GeoPantanal**, Mato Grosso do Sul, n.31 jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/15589>. Acesso em: 13 set. 2024.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos**. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2022.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 mai. 2024.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira; CUNHA, Marcílio Boavista da; BARBOSA, Afonso; CUNHA JÚNIOR Osmar Boavista da. **Metodologia para a formulação de políticas**. Rio de Janeiro: Editora Brasil Rotário, 2017

APÊNDICE A – Tabela comparativa dos navios da Esquadra em 1997 e 2024

Designação	Tipo	1997 (42 navios)	2024 (24 navios)
A	Navio-Aeródromo: NAeL(Navio- Aeródromo Ligeiro) NAM(Nv-Aeródromo Multipropósito)	A-11 NAeL Minas Gerais	A-140 NAM Atlântico
		G-20 NTrT Custódio de Mello	G-23 NT Almirante Gastão Motta
G	Navios de Transporte de Tropa (NtrT), Navio de Desembarque de Carros de Combate (NDCC), Navio de Desembarque Doca (NDD), Navio Doca Multipropósito (NDM), Navio- Oficina (NO) e Navio Tanque (NT)	G-21 NTrT Ary Parreiras	G-25 NDCC Almirante Saboia
		G-22 NTrT Soares Dutra	G-40 NDM Bahia
		G-23 NT Almirante Gastão Motta	
		G-24 NO Belmonte	
		G-26 NDCC Duque de Caxias	
		G-27 NT Marajó	
		G-28 NDCC Mattoso Maia	
		G-30 NDD Ceará	
		G-31 NDD Rio de Janeiro	
		F-40 F Niterói	F-41 F Defensora
		F-41 F Defensora	F-42 F Constituição
F	Fragatas (F)	F-42 F Constituição	F-43 F Liberal
		F-43 F Liberal	F-44 F Independência
		F-44 F Independência	F-45 F União
		F-45 F União	F-49 F Rademaker
		F-46 F Greenhalgh	
		F-47 F Dodsworth	
		F-48 F Bosisio	
		F-49 F Rademaker	
V	Corvetas (Cv)	V-30 Cv Inhaúma	V-32 Cv Júlio de Noronha
		V-31 Cv Jaceguai	V-34 Cv Barroso
		V-32 Cv Júlio de Noronha	
		V-33 Cv Frontin	

continua

Designação	Tipo	1997 (42 navios)	2024 (24 navios)
D	Contratorpedeiros (CT)	D-26 CT Mariz e Barros	
		D-27 CT Pará	
		D-28 CT Paraíba	
		D-29 CT Paraná	
		D-30 CT Pernambuco	
S	Submarinos (S)	S-21 S Tonelero	S-30 Tupi
		S-22 S Riachuelo	S-34 Tikuna
		S-30 S Tupi	S-40 Riachuelo
		S-31 S Tamoio	S-41 Humaitá
		S-32 S Timbira	
K	Navio de Socorro Submarino (NSS)	S-33 S Tapajó	
		K-11 NSS Felinto Perry	K-120 NSS Guillobel
U	Navio Veleiro (NVe), Navio Escola (NE) e Aviso de Apoio Costeiro (AvApCo)		U-20 NVe Cisne Branco
		U-27 NE Brasil	U-27 NE Brasil
		U-30 AvApCo Almirante Hess	U-30 AvApCo Almirante Hess
L	Embarcação de Desembarque de Carga Geral (EDCG)	L-10 EDCG Guarapari	L-20 EDCG Marambaia
		L-11 EDCG Tambau	L-10 EDCG Guarapari
		L-12 EDCG Camboriu	L-11 EDCG Tambau L-12 EDCG Camboriu

Fonte: Elaborado pelo autor.

conclusão.

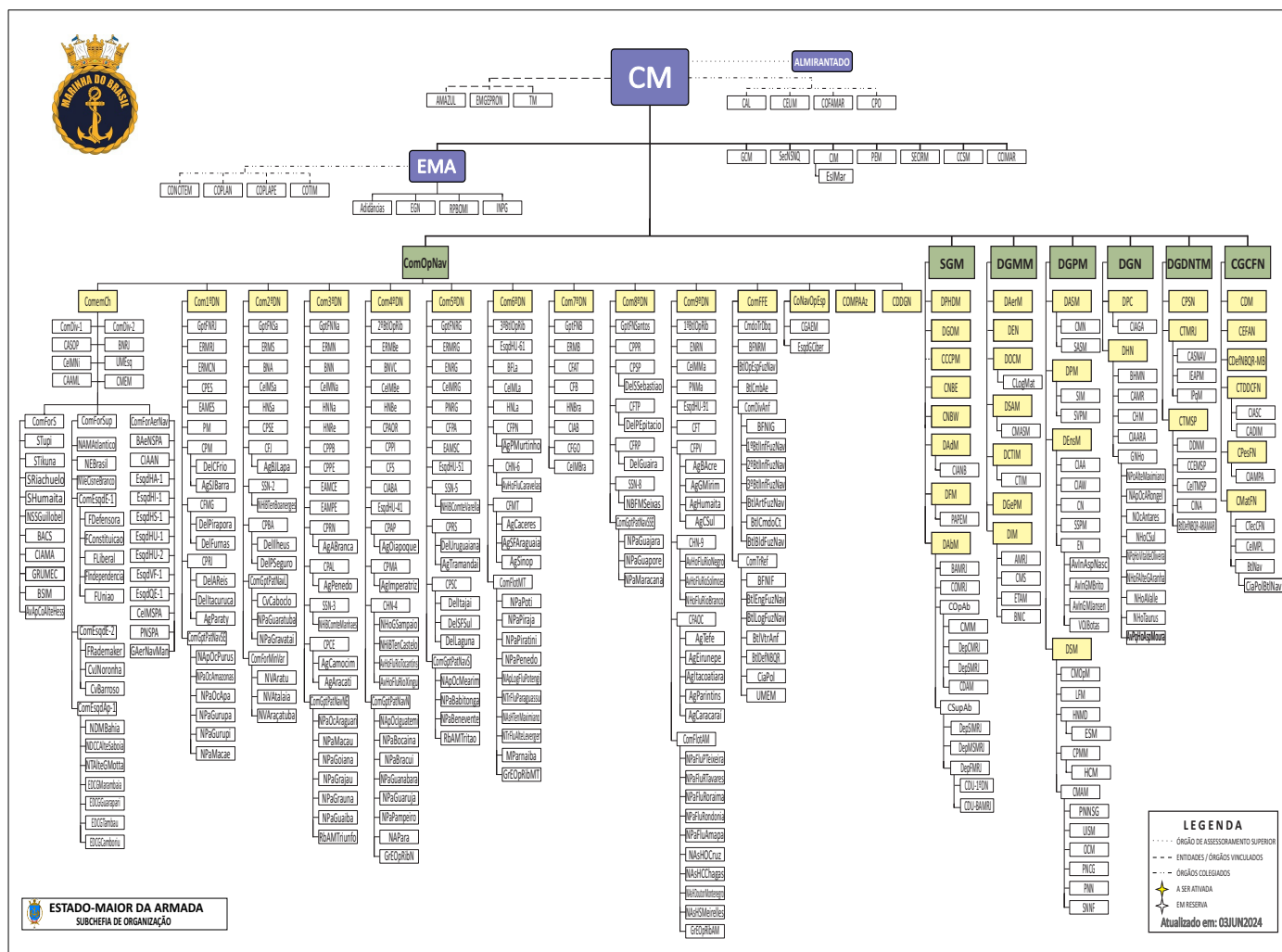
ANEXO A – Navios da Esquadra no ano de 1997

NAVIOS DA MARINHA

Navio-Aeródromo Ligeiro  A - 11 Minas Gerais	Submarinos  S - 21 Tonelero  S - 22 Riachuelo  S - 30 Tupi  S - 31 Tamoio  S - 32 Timbira  S - 33 Tapajó	Navio de Salvamento Submarino  K - 11 Felinto Perry	Corvetas - Classe Imperial Marinheiro  V - 15 Imperial Marinheiro  V - 18 Forte de Coimbra  V - 19 Caboclo  V - 20 Angostura  V - 21 Bahiana  V - 22 Mearim  V - 23 Purus  V - 24 Solimões	Navios-Patrolha - Classe Piratini  P - 10 Piratini  P - 11 Pirajá  P - 12 Pampeiro  P - 13 Parati  P - 14 Penedo  P - 15 Poti	Navio de Apoio Oceanográfico  H - 44 Ary Rongel
Fragatas - Classe Niterói  F - 40 Niterói  F - 41 Defensora  F - 44 Independência  F - 45 União  F - 42 Constituição  F - 43 Liberal	Corvetas - Classe Inhaúma  V - 30 Inhaúma  V - 31 Jacгуаи  V-32 Jélio de Noronha  V - 33 Frontin	Navios-Varredores  M - 15 Aratu  M - 16 Anhatomirim  M - 17 Alalaia  M - 18 Araçatuba  M - 19 Abrolhos  M - 20 Albardão	Navios-Oceanográficos  H - 40 Antares  H - 41 Alte. Câmara	Avisos de Instrução  U - 10 Asp. Nascimento  U - 11 Guarda-Marinha Jansen  U - 12 Guarda-Marinha Brito  U - 31 Rosca Fina  U - 32 Voga Picada  U - 33 Leva Arriba	Navios-Auxiliares  U - 20 Gastão Moutinho  U - 16 Trindade
Fragatas - Classe Greenhalgh  F - 46 Greenhalgh  F - 47 Dodsworth  F - 48 Botão  F - 49 Rademaker	Contratorpedeiros  D - 27 Pará  D - 28 Paraíba  D - 29 Paraná  D - 30 Pernambuco  D - 26 Mariz e Barros	Rebocadores - Classe Triunfo  R - 21 Trilão  R - 22 Tridente  R - 23 Triunfo  R - 24 Alte. Guilhem  R - 25 Alte. Guilobel	Rebocadores - Classe Guilhem  R - 24 Alte. Guilhem  R - 25 Alte. Guilobel	Navios de Assistência Hospitalar  U - 18 Oswaldo Cruz  U - 19 Carlos Chagas  U - 17 Parnaíba	Navios-Hidrográficos  H - 21 Sirius  H - 22 Canopus  H - 31 Argus  H - 32 Orion
Navios de Desembarque-Doca  G - 30 Ceará  G - 31 Rio de Janeiro	Navios-Transporte de Tropas  G - 20 Custódio de Mello  G - 21 Ary Parreiras  G - 22 Soares Dutra	Navios-Patrolha Fluviais  P - 20 Pedro Teixeira  P - 21 Raposo Tavares  P - 30 Roraima  P - 31 Rondônia  P - 32 Amapá	Navios-Patrolha - Classe Grajaú  P - 40 Grajaú  P - 41 Guaíba  P - 42 Gracina  P - 43 Goiânia  P - 44 Guajará  P - 45 Guaporé  P - 46 Gurupi P - 47 Gurupi P - 48 Guanabara P - 49 Guarijá	Diques-Flutuantes  G - 25 Afonso Pena  Alte. Jerônimo Gonçalves  Cidade de Natal  Alte. Schieck	Navios-Balizadores  H - 35 Amorimdo Valle  H - 36 Jorge Leite  H - 37 Garnier Sampaio  H - 13 Mestre João dos Santos  H - 24 Castelhanos  H - 27 Faroleiro Ardas  H - 30 Faroleiro Nascimento  H - 26 Faroleiro Mario Seixas  H - 18 Comandante Varella  H - 19 Tenente Castelo  H - 20 Comandante Manhães  H - 25 Tenente Bonnerges
Navios de Desembarque de Carros de Combate  G - 26 Duque de Caxias  G - 28 Mattoso Maia	Navio-Oficina  G - 24 Belmonte	Navios-Tanques  G - 17 Potengi	Navios-Museus  M - 4 Bauru  S - 16 Submarino Amazonas	Avisos-Hidrográficos  H - 11 Paribano  H - 12 Rio Branco  H - 14 Nogueira da Gama  H - 15 Itacurussá  H - 16 Camocim  H - 17 Caravelas	Embarcações de Desembarque de Carga Geral  L - 10 Guarapari  L - 11 Tamboré  L - 12 Camboriú

Fonte: Galante, 2023.

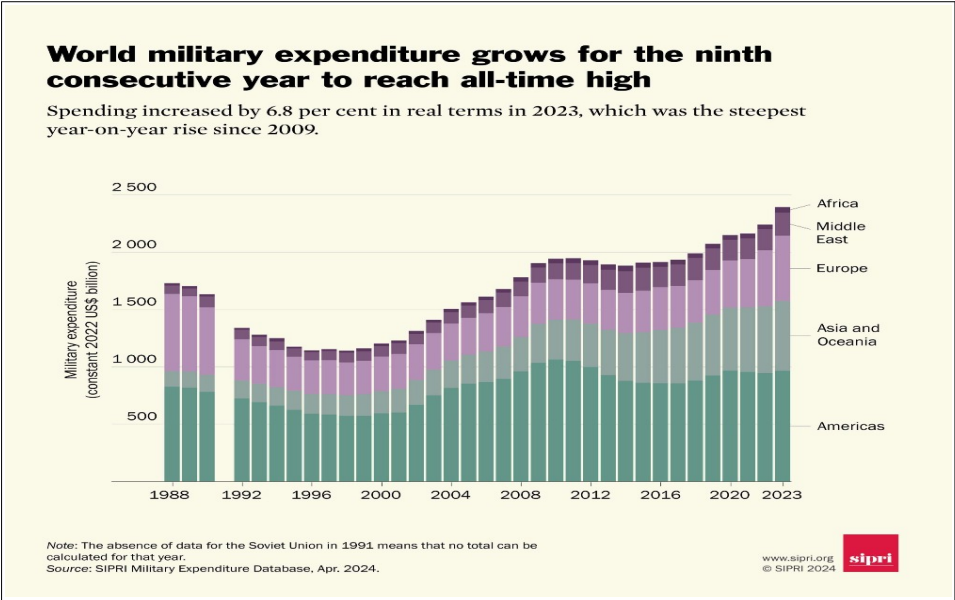
ANEXO B – Organograma da Marinha do Brasil no ano de 2024



Fonte: Ministério da Defesa, 2024.

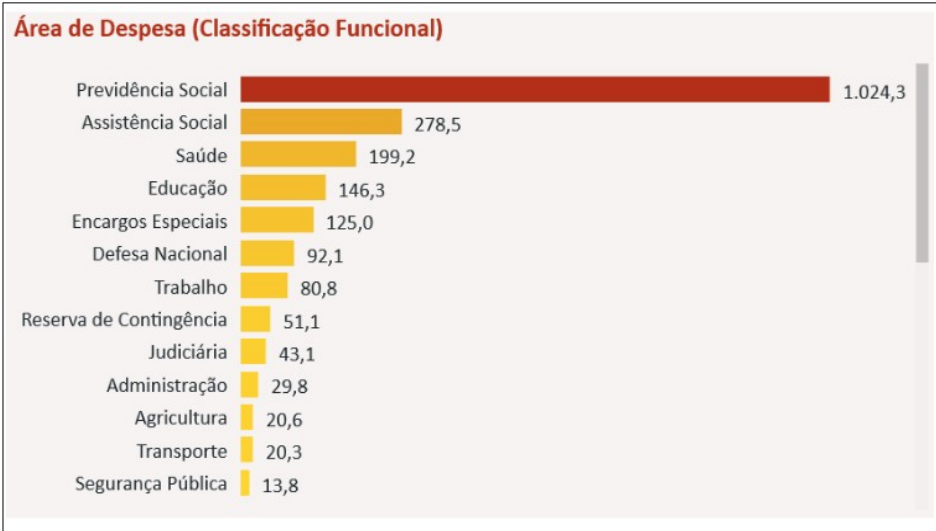
ANEXO C – Ilustrações

Figura 1 – Aumento dos gastos com defesa no mundo.



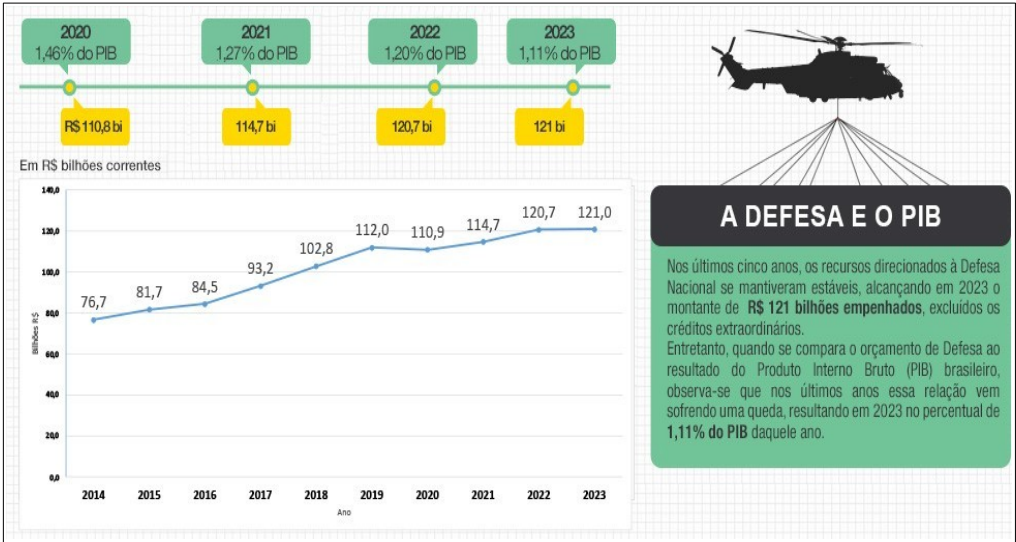
Fonte: Defesanet, 2024.

Figura 2 – Projeto de Lei Orçamentária Anual 2024.



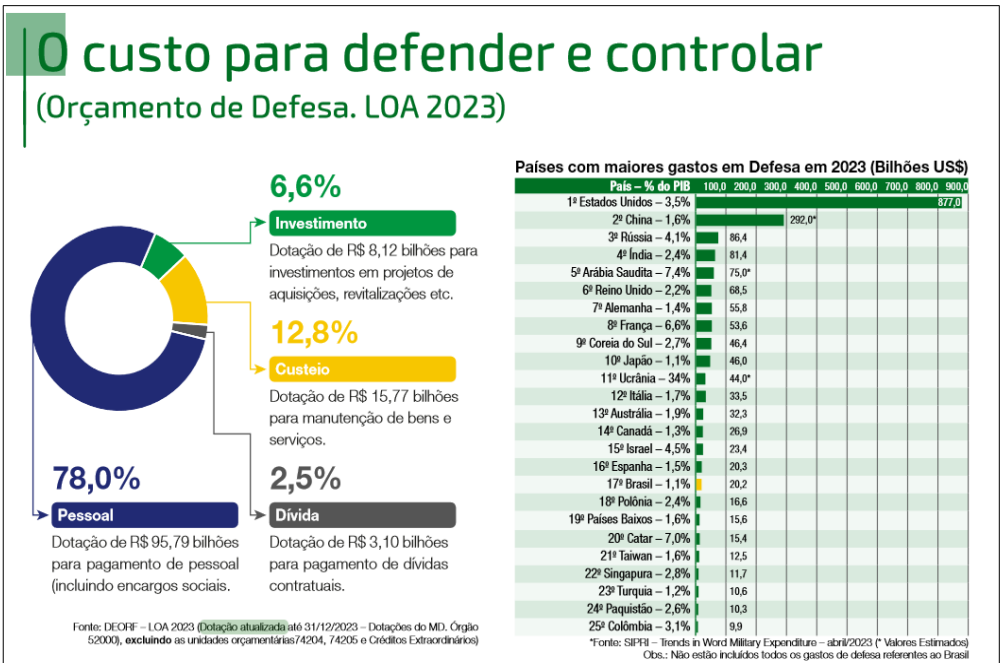
Fonte: Brasil, 2023f.

Figura 3 – Orçamento da Defesa de 2014 a 2023.



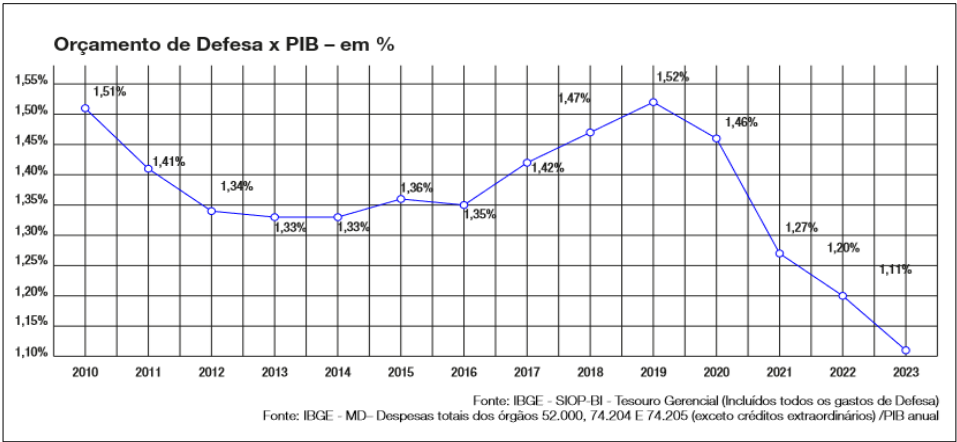
Fonte: Brasil, 2024e.

Figura 4 – Orçamento da Defesa em 2023.



Fonte: Brasil, 2024h.

Figura 5 – Comparativo entre o orçamento da Defesa e o PIB nacional.



Fonte: Brasil, 2024h.

Figura 6 – Classificação mundial pelo IDH.

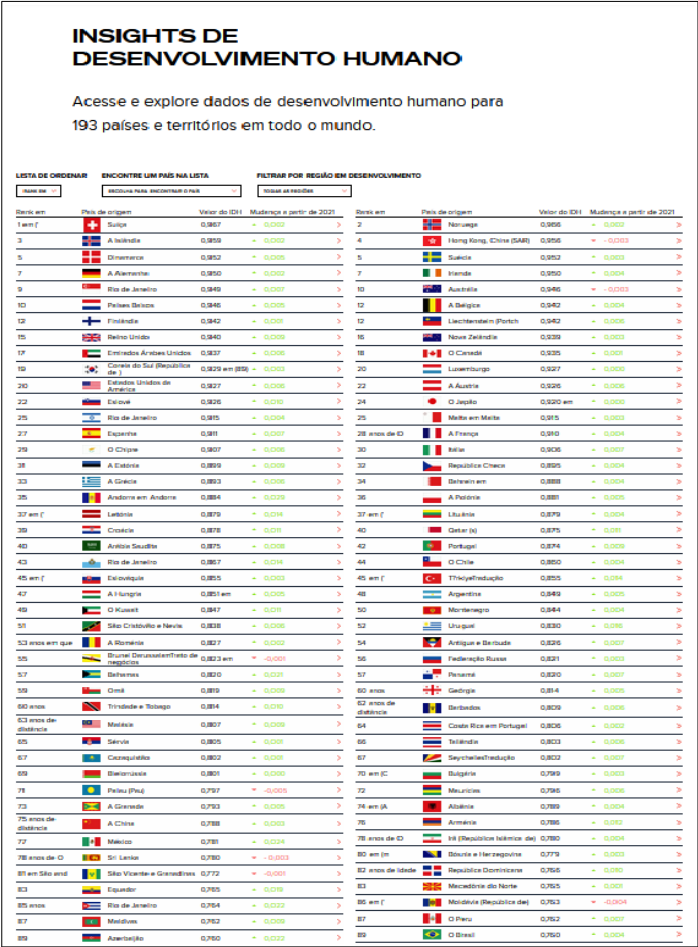
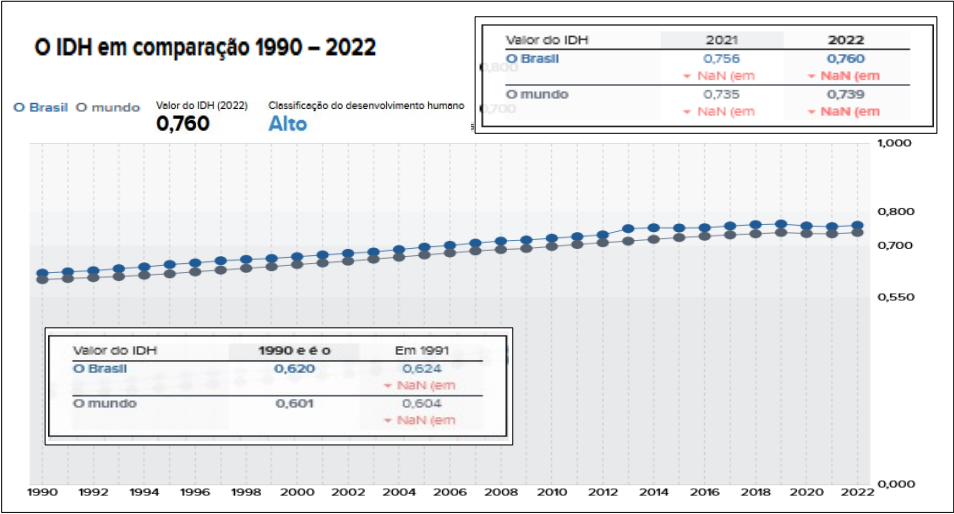
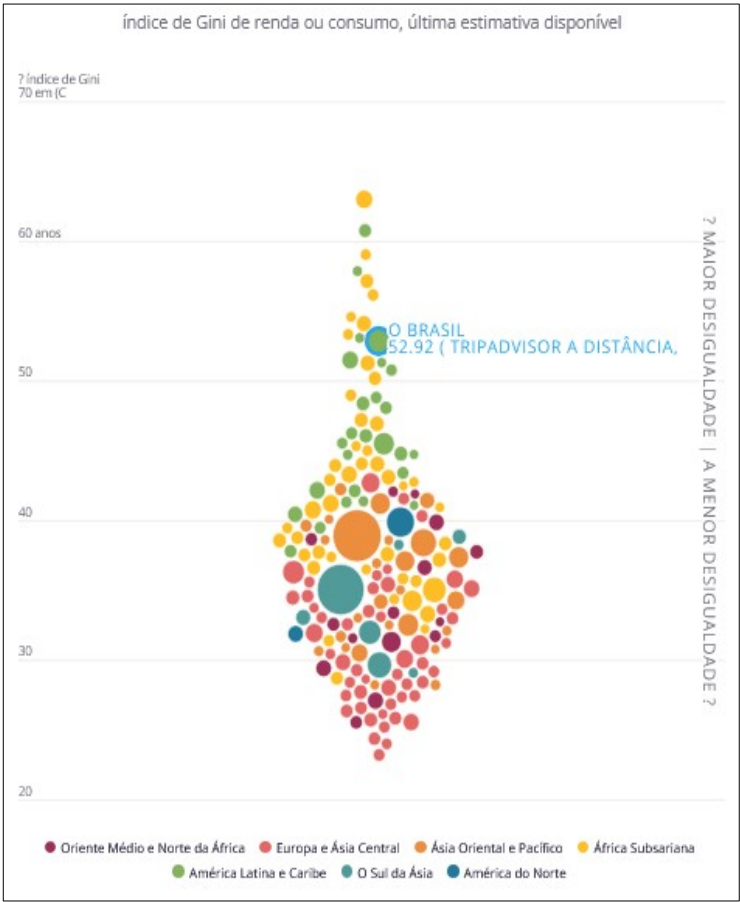


Figura 7 – Comparação IDH – Brasil X mundo.



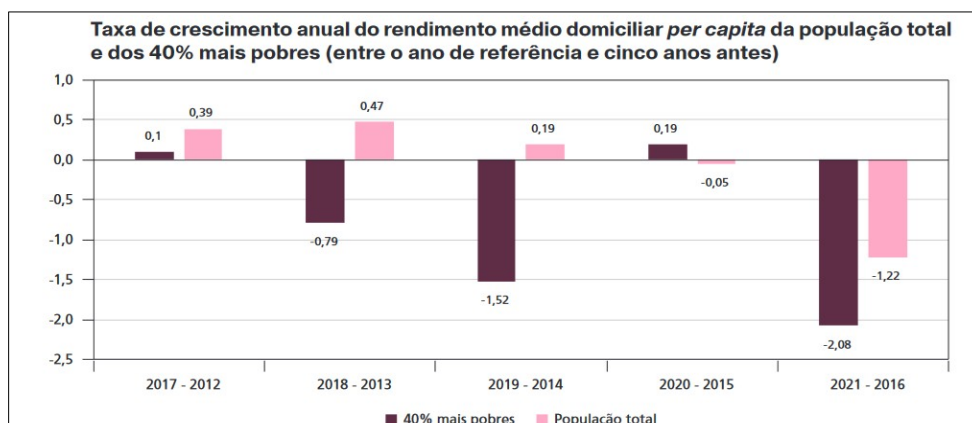
Fonte: UNDP, 2024b.

Figura 8 – Índice de Gini Brasil.



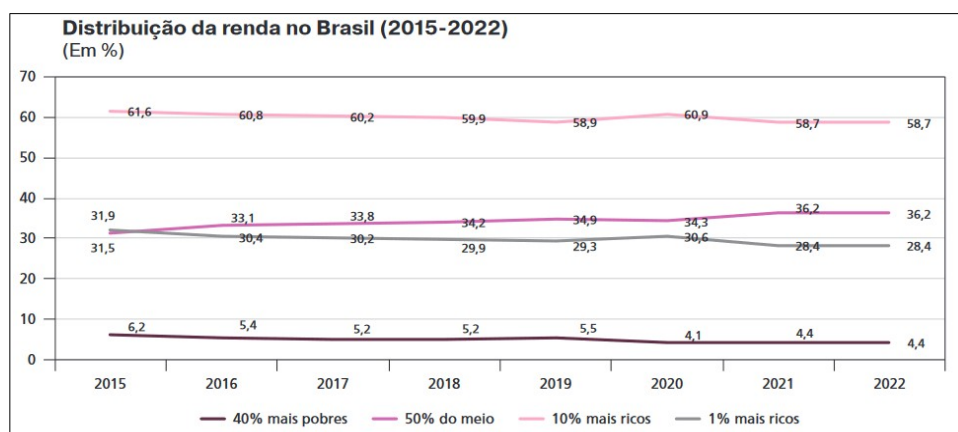
Fonte: Banco Mundial, 2023.

Figura 9 – Taxa de rendimento dos 40% mais pobres.



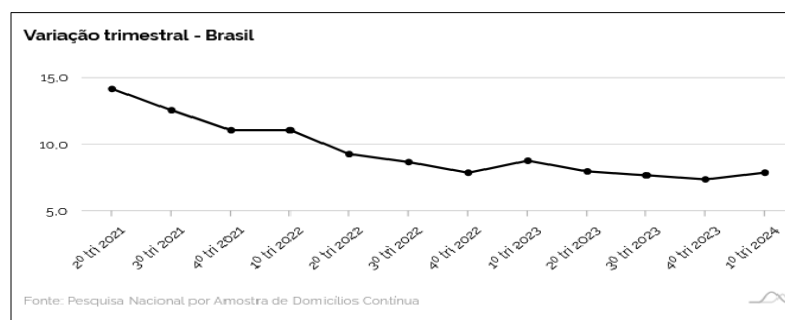
Fonte: Brasil, 2024i.

Figura 10 – Variação na distribuição de renda.



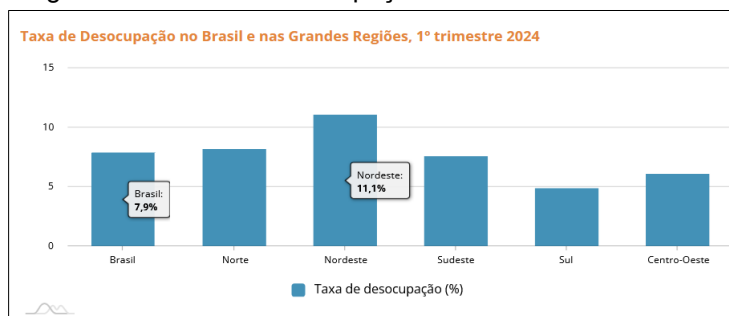
Fonte: Brasil, 2024i.

Figura 11 – Variação do desemprego por trimestre.



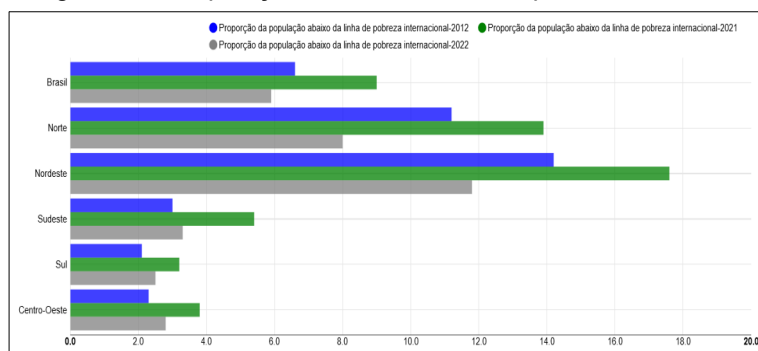
Fonte: Brasil, 2024m.

Figura 12 – Taxa de desocupação Brasil – Nordeste.



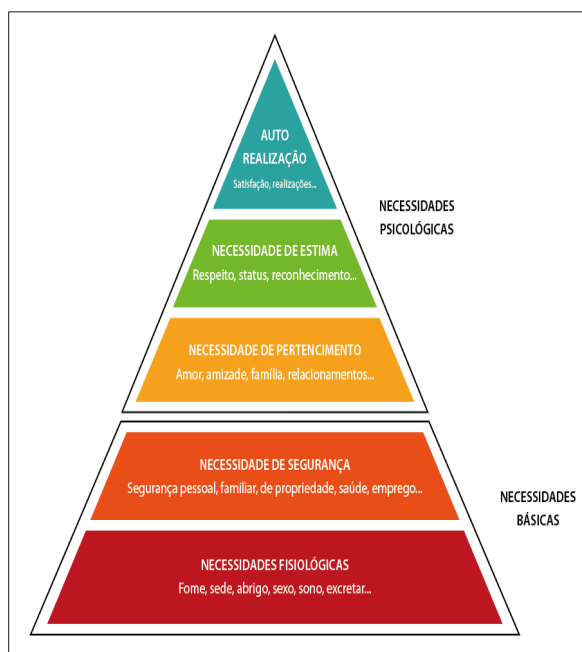
Fonte: Brasil, 2024i.

Figura 13 – População abaixo da linha da pobreza internacional.



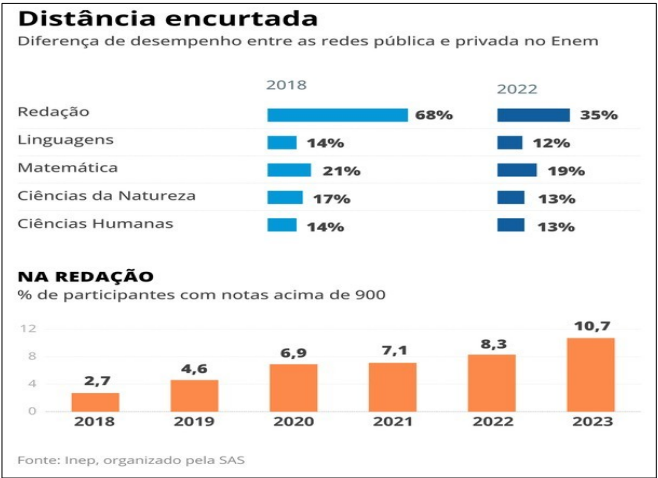
Fonte: Brasil, 2024j.

Figura 14 – Pirâmide de Maslow.



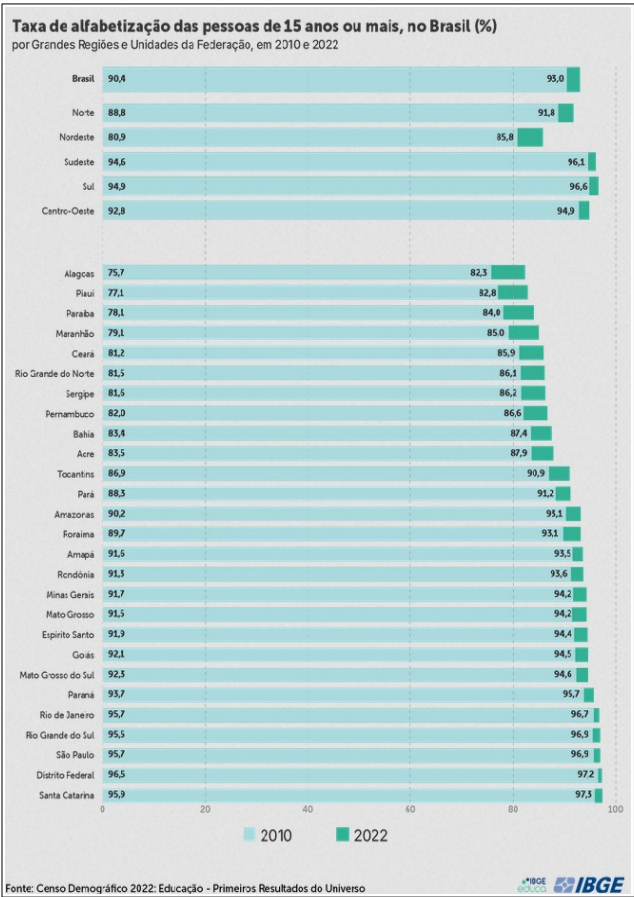
Fonte: Inovag, 2019.

Figura 15 – Diferença de desempenho no ENEM: rede pública e privada.



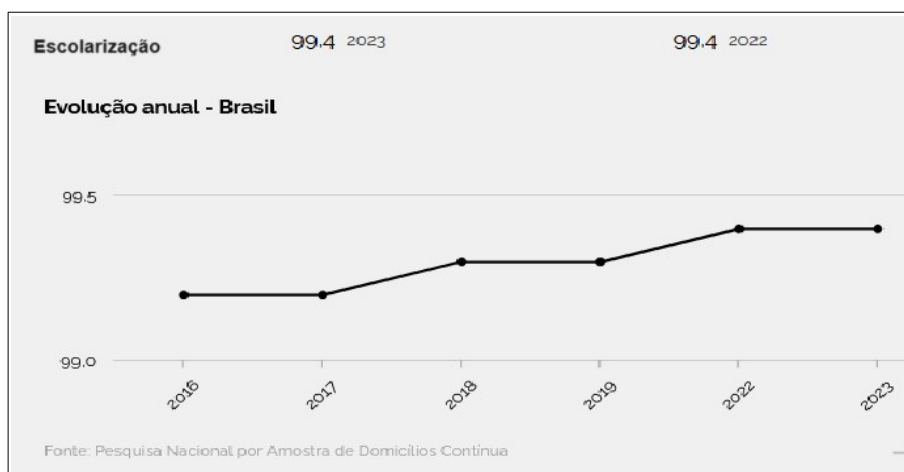
Fonte: Alfano, 2024.

Figura 16 – Diferenças regionais de alfabetização.



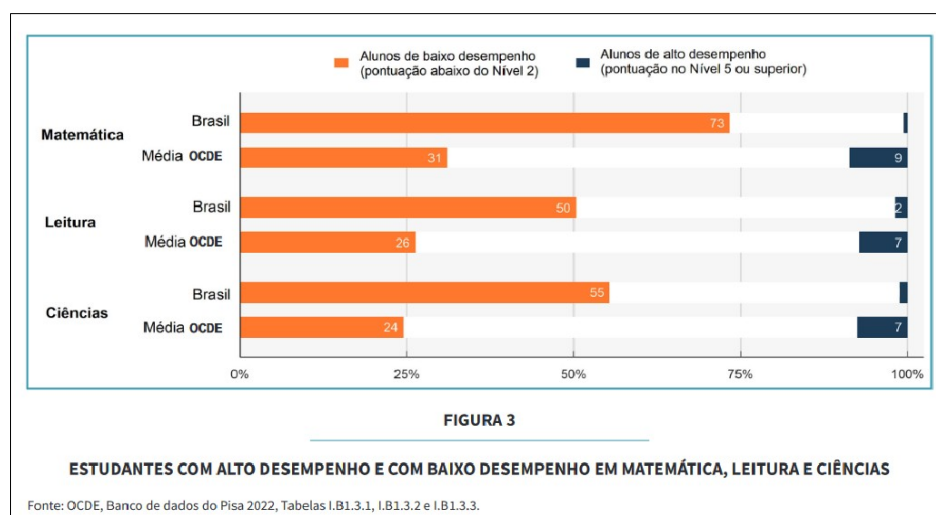
Fonte: Brasil, 2023e.

Figura 17 – Escolarização no Brasil.



Fonte: Brasil, 2024m.

Figura 18 – Educação Brasil X mundo 2022.



Fonte: Brasil, 2023d.